

Fevereiro

[23] **Debate: "Improviso e precisão na intervenção frente ao sofrimento alheio"** - Com Fernando Bolonhese, Frederico Galante Neves, Karin de Paula e Regina Amaral (gratuito). Local: Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP), R. Alm. Pereira Guimarães, 378, São Paulo - SP. Telefones: (11) 3865-0017 / 3864-2330. e-mail: cep@centropsicanalise.com.br, ou site: www.centropsicanalise.com.br.

Março a novembro

Curso de Especialização em Saúde Mental no Hospital Geral - Local: Departamento de Psiquiatria - UNIFESP- Rua Napoleão de Barros, 740 / 3º andar. Informações pelo telefone: 5579.2828 ou pelo site: www.unifesp.br/dpsiq/sapis.

Março a dezembro

Curso de Especialização em Neuropsicologia - Oferecido pelo Centro de Diagnóstico Neuropsicológico. Público alvo: psicólogos, médicos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. Inscrição: de 05 a 09 de fevereiro de 2007. Seleção: 12 e 13 de fevereiro de 2007. Matrícula: 20 a 23 de fevereiro de 2007. Maiores informações pelo e-mail nereide@psicobio.epm.br.

Março

Cursos IBAP - Instituto Bauruense de Psicodrama, filiado a Febrap - Federação Brasileira de Psicodrama, está com inscrições abertas para os seguintes cursos: Especialização em Psicodrama (focos terapêutico e sócio-educacional); Formação de didatas - nível I; Formação de supervisores - nível II; Especialização em Terapia de Casais e Famílias. Reconhecido pela APFT - Associação Paulista de Terapia Familiar. Informações: (14) 3224-3042 ou pelo site: www.ibaponline.hpg.com.br.

A partir do dia [2]

Cursos de Formação e Especialização em Análise Transacional - Coordenação: Mônica Levi. Os associados do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo terão 10 % de desconto em todos os cursos. Local: R. Helena 170, conj 14 V. Olímpia, São Paulo. Fone/Fax (11) 3848-9315, e-mail: monicalevi@uol.com.br ou pelo site www.monicalevi.vila.bol.com.br

[06]

Curso de Especialização em Psicologia da Infância - Público-alvo: Médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes-sociais. Com duração de um ano, 20h semanais, no período da manhã. Coordenação: Profa. Dra. Mary Lise Moysés Silveira. Local: Setor de Saúde Mental do Ambulatório de Psiquiatria do Hospital São Paulo. Mais informações: www.proex.epm.br ou pelo telefone: 5549-6124 ou 5539-1097.

Curso de Formação em Psicanálise

Coordenação de Ernesto Duvidovich e Walkiria Del Picchia Zanoni. As entrevistas podem ser marcadas pelos telefones: (11) 3864-2330 / 3865-0017. Os horários são de 3ª feira - 19h30 às 22h30 ou 4ª feira - 18h às 21h

Abril

[26 a 29] **VIII CONPE - Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional.** Com o tema "Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas". Inscrições de participantes até 25 de abril de 2007. Local: Universidade Federal de São João del Rei, Campus Dom Bosco, São João del Rei, Minas Gerais. Inscrições de Trabalhos: mesas, simpósios, mini-cursos e fóruns, até dia 30 de novembro de 2006. Comunicações, pôsteres e partilhando experiência, até dia 20 de dezembro de 2006. Mais informações: www.abrapee.psc.br.

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 150 • janeiro | março 2007



Reforma do modelo de atenção em saúde mental é caminho sem volta

Movimentos sociais e entidades da luta antimanicomial lutam pela efetivação da reforma

Editorial

Formação Psicologia articula-se para se reinserir no ensino médio.

Interior Subsede São José do Rio Preto
Conselhos Regionais de Saúde realizam segunda fiscalização na rede pública.

Ciência e Profissão II Congresso Ciência e Profissão estreita distância entre profissionais e acadêmicos.

Conversando com o Psicólogo Os veículos de comunicação recorrem cada vez mais à profissão para explicar os fenômenos sociais. Mas é preciso cautela nessa relação.

Políticas Públicas I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública aponta para melhor qualificação do profissional.

Um Mundo Melhor é Possível Atendimento em situação de desastre, como a dos refugiados do Líbano, ainda carece de psicólogos treinados

Seção Aberta Reforma Psiquiátrica avança apesar das pressões contrárias.

Questões Éticas Psicólogos que têm conhecimento ou suspeita de maus-tratos devem notificar o fato ao Conselho Tutelar.

Orientação Psicólogo não deve tratar homossexualidade como distúrbio.

Opinião Rubem Barboza fala sobre as perspectivas a partir dos resultados das últimas eleições.

Nuestra América Latina Povoado por imigrantes, o Brasil ainda castiga com a discriminação povos de nações mais pobres.

Livros Lídia Rosalina Folgueira Castro comenta a obra "Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas", organizado por Sidney Shine.

Estante

Mural

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria
Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Lucia Fonseca de Toledo
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa

Conselheiros efetivos
Andréa Torres, Andréia de Conto Garbin, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Elisa Zaneratto Rosa, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria Ermínia Ciliberti, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza.

Conselheiros suplentes
Ana Paula Pereira Jardim, Adriana Eiko Matsumoto, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação
Coordenadora | Andréa Torres

Membros | Lumena Teixeira, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos AIPY Comunicação Expandindo Horizontes
(11) 3487 2092

Jornalista Responsável H Carrijo (MTB 17296)

Colaboração Andrea Gois

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3864 8974

Ilustrações Gilberto Tomé, Luciana Iwakura e Roberta Paol

Foto da Capa, da Seção Aberta Rogerio Cassimiro/Folha Imagem

Impressão Gráfica Esdeva

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo – SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauri | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377, 3623 5658
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000, 4427 6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

“Quando essas duas dimensões (ciência e profissão) se aproximam, uma interfere na outra”
Sérgio Leite

“Se o psicólogo insistir em intervir e não notificar, o caso (de violência) pode assumir contornos mais graves, tanto para a criança quanto para o profissional”
Dalka Chaves de Almeida Ferrari

“Muitas vezes os impactos de um desastre ocorrem sem deixar pegadas”
Ângela Coelho

“No Brasil, falta muito para que se dê um diálogo intercultural, porque isso pressupõe um estatuto de igualdade entre as diversas vertentes”
Berenice Young

Convite aos psicólogos

O CRP/SP convida os psicólogos a virem conosco para 2007. Não apenas porque é um novo ano, o que sempre nos faz pensar sobre como vai a profissão, como vai a sociedade, como vai a vida. Não apenas porque, mesmo sendo lugar comum, achamos importante desejar a todos um feliz 2007, com realizações na profissão, com esperanças se concretizando em uma sociedade mais justa e igualitária, com a vida sendo vivida em plenitude por todos.

Nosso convite para 2007 é especial, pois é ano de Congresso da Psicologia, é ano de eleição para os Conselhos Regional e Federal, é ano, portanto, de balanço do que vimos fazendo como categoria e de estabelecimento de novas metas para a profissão.

A realização do VI Congresso Nacional da Psicologia (VI CNP) tem um ponto de partida fundamental. Começa com você, psicólogo, com sua presença nos Eventos Preparatórios ao Congresso, eventos que já se iniciaram e vão até março de 2007. Esse é o chão do Congresso, que deve ser bem cuidado para que dê os frutos que desejamos: teses que apontem caminhos para o avanço da Psicologia, avanço técnico, avanço na presença social relevante, avanço na prática profissional comprometida com a defesa de uma vida digna. Os Eventos Preparatórios são realizados por áreas e temáticas específicas de forma a contemplar a diversidade da Psico-

logia. Todos os psicólogos têm o que dizer sobre sua prática profissional, sobre os desafios enfrentados nesse momento, sobre o lugar da Psicologia na sociedade, sobre sua importância na defesa da vida. Por isso nosso convite para que os psicólogos estejam, desde já, nos eventos preparatórios.

Na seqüência, teremos os pré-congressos por regiões (abril de 2007) nos quais são eleitos delegados para o Congresso Regional do CRP SP (maio de 2007), a partir do qual se elegem delegados para o Congresso Nacional, o VI CNP (junho de 2007).

Como corolário dos debates, no Congresso Regional inscrevem-se as chapas que concorrerão à gestão do CRP/SP e no Congresso Nacional as chapas para o CFP.

Essa é a importância do chão, do ponto de vista de partida que são os eventos preparatórios. São eles que, efetivamente, preparam as demais etapas do VI CNP, o qual deve definir as diretrizes para as ações do Sistema Conselhos de Psicologia em seu próximo período de gestão. Por isso você, psicólogo, é nosso convidado especial de todos os eventos preparatórios (a programação detalhada será enviada oportunamente e/ou estará disponível no site do CRP SP).

Vamos continuar debatendo temas que nos são caros. Como a criação da rede alternativa de atendimento em saúde men-

tal, tema da matéria de capa deste jornal. Ou o tema da atuação dos psicólogos no SUS. Queremos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e a presença da Psicologia nele, como propusemos durante todas as etapas do Fórum de Psicologia e Saúde Pública, em 2006. Com certeza, poderemos avançar em proposições que apontem para uma atuação na saúde pública cada vez mais condizente com os princípios do SUS.

Vamos debater também temas que evidenciam que a Psicologia pode estar presente nos mais diferentes espaços sociais, levando seu conhecimento sobre a dimensão subjetiva, tais como as situações de desastres, as situações de violência, a convivência intercultural, os meios de comunicação. São temas que trazemos nesta edição do jornal, mas principalmente, são temas que representam a Psicologia como a queremos: desenvolvida no trabalho cotidiano com qualidade, relevância social e contribuindo de maneira importante na defesa da vida.

A vida, neste 2007, que se inicia, que convidamos você a viver ativamente, espalhando Psicologia.

Aceite nosso convite para viver conosco a Psicologia neste 2007, tornando realidade o tema do VI CNP "Do discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão". ●

Psicologia articula-se para se reinserir no ensino médio

ABEP, CRP SP, Sindicato dos Psicólogos e APEOESP se unem para que disciplina volte a ser contemplada na grade curricular do segundo grau.

Na década de 1970, grupos de discussão da Psicologia se reuniram para construir estudos e mecanismos que a assegurassem como disciplina no ensino médio. No final dos anos 1980, através da ação do CRP SP e do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo junto aos professores de universidades e do segundo grau, esse trabalho foi sistematizado num documento que sintetizou o pensamento coletivo que destacava a importância de propiciar aos jovens um processo de reflexão a respeito da massificação da sociedade. Mas em 1996, ano em que foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, essa organização se encontrava fragmentada. Ao passo que a Filosofia e a Sociologia eram contempladas, a Psicologia era ignorada no texto da LDB como disciplina para alunos desse nível de ensino.

O desdobramento dessa desarticulação é que, no dia 7 de julho de 2006, o Conselho Nacional de Educação aprovou a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do segundo grau, selando a exclusão da Psicologia. Na tentativa de compensar o tempo perdido, formou-se há cerca de um ano novo grupo de discussão sobre o tema. Os atores são os mesmos (CRP SP, Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e APEOSP - Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo), mas foi incluído um membro a mais que pode fazer a diferença: a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia.

A ABEP está oferecendo sua institucionalidade para nacionalizar o esforço de reinserir a Psicologia na grade curricular do ensino médio. A psicóloga Roberta Azzi, diretora da associação e uma das responsáveis por acompanhar esse grupo de discussão em São Paulo, admite que a Psicologia busca, no momento, superar a desvantagem de ter ficado de fora. Para ela, é preciso estabelecer urgentemente um diálogo com a sociedade sobre o ensino e a docência em Psicologia e reorganizar os projetos pedagógicos em função da adequação às novas Diretrizes Curriculares da Psicologia, aprovadas, em 2004. "É necessário que haja programas voltados para a formação do professor de Psicologia", recomenda.

Marcos Ferreira, presidente da ABEP, acredita também que um dos caminhos seja atrair estudantes, professores e os cursos universitários, que formam os professores de segundo grau, para a causa. Ele pensa que estrategicamente a primeira intervenção é organizativa no sentido de convencer os coordenadores dos cursos de Psicologia a oferecer a licenciatura e formar professores qualificados. "Ao mesmo tempo, temos que construir uma proposta de projeto de lei a ser encaminhada ao Congresso Nacional que inclua a Psicologia no ensino do segundo grau", observa.

Mas a disciplina teria que ter outra abordagem. Roberta Azzi lembra que uma das críticas que a Psicologia sofreu - e talvez tenha sido um dos fatores que contribuíram para que não fosse incluída na LDB -, é que seu conteúdo era trabalhado na sala de aula de forma muito acadêmica, "muito psicológica". Marcos Ferreira diz que a intenção da disciplina da Psicologia no ensino médio não é reproduzir teorias psicológicas, citar Freud para dar lustre intelectual aos alunos, mas sim ajudar os jovens a se apropriar do conhecimento que a área produziu sobre sua construção como indivíduos, como cidadão e membro de uma comunidade. "Precisamos oferecer instrumentos para que os estudantes aprendam a conviver melhor e a tomar decisões sobre seu futuro", destaca.

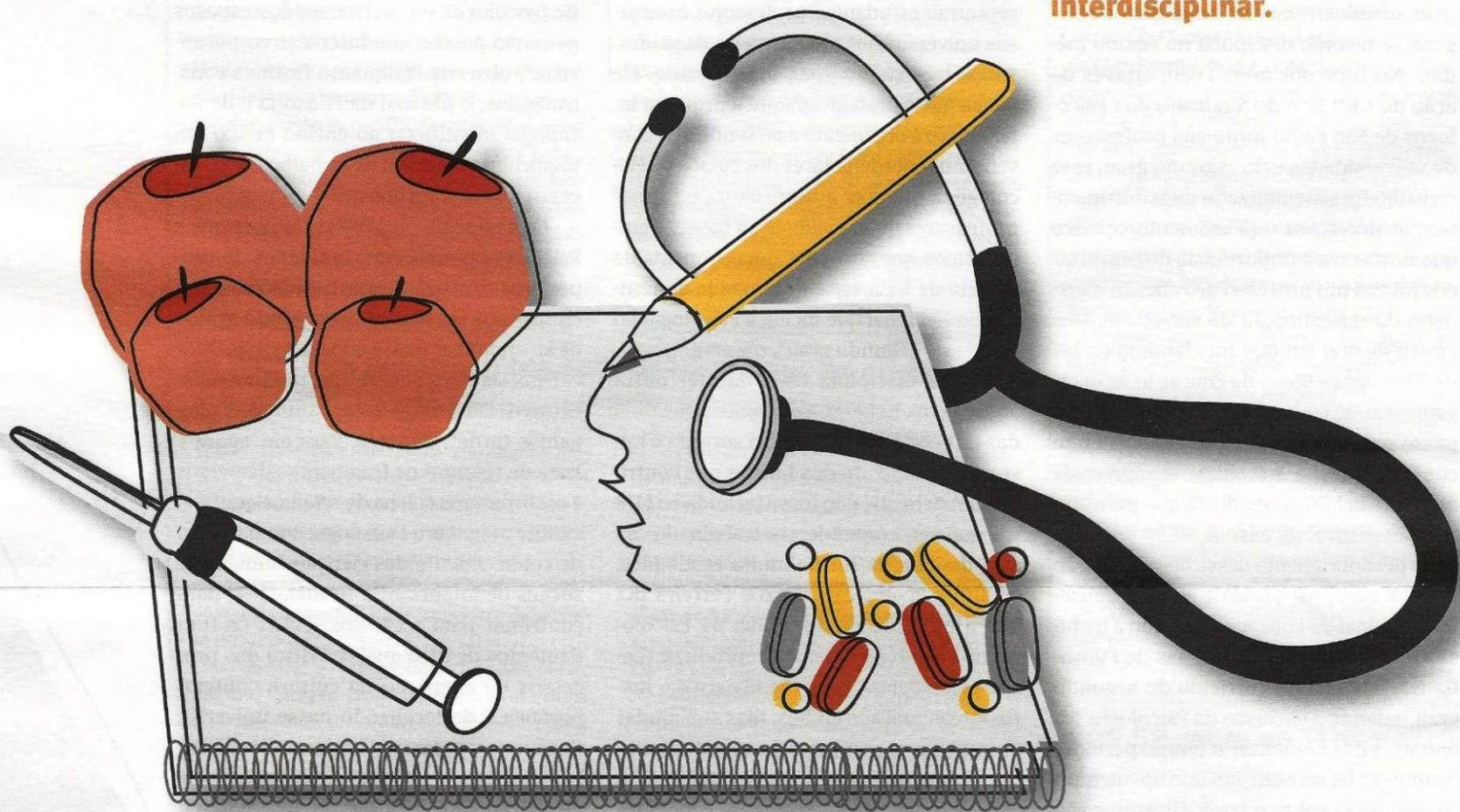
Marcos Ferreira ressalta que, nessa nova etapa de articulação, não se pode permitir que a perspectiva de expandir o mercado de trabalho do psicólogo seja interpretado como a causa mais importante. "A sociedade não deve ter a idéia equivocada de que a luta é só por dar emprego à categoria. Mas também não podemos nos acanhar diante do risco de receber críticas, domésticas e de fora, dessa natureza",

pondera ele. "Há um prurido na Psicologia de que não podemos defender a inclusão de psicólogos em determinados espaços para não parecer um interesse corporativista", observa. "Enquanto ficamos constangidos, o pessoal da Filosofia e da Sociologia identificou no ensino médio um importante mercado de trabalho e teve sucesso nos seus propósitos", opina.

O presidente da ABEP reconhece que a Psicologia perdeu oportunidades de propor um projeto de lei que formalizou a disciplina nos currículos do segundo grau e de se organizar mais cedo com essas duas categorias para sugerir um projeto substitutivo. "Em todas essas situações chegamos tarde", lamenta. Para ele, agora é hora de rejeitar os fragmentos dispersos e costurar uma colcha de retalhos que possibilite resgatar a Psicologia como campo de conhecimento das ciências humanas e sociais de importância fundamental para contribuir para tecer nos jovens os fundamentos de uma análise crítica dos processos de alienação na cultura contemporânea e de localizá-lo nesse universo. Com esse propósito, foi lançada, no dia 21 de agosto deste ano, uma "Carta aberta" que convida professores, psicólogos e entidades a trabalhar pelo fortalecimento da reinserção da Psicologia no ensino médio. O documento pode ser acessado no site <http://www.abepsi.org.br/abep/carta-aberta.htm>. ●

Conselhos Regionais de Saúde realizam segunda fiscalização em São José do Rio Preto

Será solicitada a implantação de um serviço que contemple o atendimento na atenção básica de forma interdisciplinar.



Depois de cinco meses, o Fórum Regional dos Conselhos Profissionais de Saúde de São José do Rio Preto realizou a segunda fiscalização dos serviços de saúde do município. A ação, realizada em setembro, foi organizada com o objetivo de avaliar em que condições se encontram os atendimentos na área da saúde da rede pública. O que chamou mais atenção foi o crônico problema da falta de profissionais para suprir a grande demanda que existe na área da saúde. Outro elemento identificado como obstáculo para a prestação de um serviço de qualidade à população da rede pública é quanto ao baixo número de profissões que atuam na rede pública de Rio Preto. Além do Conselho de Psicologia, participaram da fiscalização os Conselhos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e de Terapia Ocupacional.

A fiscalização visitou quatro unidades básicas de saúde e o Centro de Reabilitação. Segundo Maria José Berto, psicóloga atuante na saúde pública, vice-coordenadora do Fórum e coordenadora da subseção do CRP de São José do Rio Preto, alguns desses locais apresentavam condições precárias para o armazenamento de medicamentos e na dispensação desses materiais.

“Nas filas, os usuários relataram que havia um descuido por parte dos serviços de saúde; que não eram atendidos no momento da procura ou precisavam ir a outros serviços para completar a assistência de que necessitavam”, revelou.

Segundo Maria José Berto, já havia uma solicitação do Fórum dos Conselhos, incluindo o Conselho Regional de Medicina e de Serviço Social, à Secretária Municipal de Saúde, para regularizar as pendências existentes em relação à qualidade da assistência no SUS. O relatório de fiscalização apontou também a necessidade de melhoria nas condições da estrutura física: reforma e ampliação.

A primeira fiscalização, realizada em abril, aconteceu a partir de denúncias da imprensa e dos órgãos de controle social, que revelou uma insatisfação da população em relação ao tamanho de filas, aos atendimentos não realizados e ao não cumprimento da carga horária imposta a alguns profissionais da saúde. Diferentemente da primeira, a última fiscalização foi realizada em conjunto através do Fórum, e procurou avaliar se o poder público atendera às observações colocadas pelo Fórum dos Conselhos de Profissionais da Saúde. “Queríamos saber em

quais serviços estavam os profissionais de cada conselho, quantos eram, como exerciam sua prática, em que condições estavam trabalhando”, conta Maria José. “Na segunda fiscalização, objetivou-se verificar os serviços em geral, escutar a população e ver, em conjunto, como é pensado o gerenciamento dos serviços de saúde pública, dividir os desafios e expectativas pensando coletivamente, sem deixar de lado o que é privativo de cada profissão”, completou.

Para o Fórum, a fiscalização conjunta permite aos profissionais ter um controle maior sobre as políticas de saúde pública. Maria José acredita que essa ação nos serviços de saúde pública é bem recebida pelos psicólogos que a consideram uma maneira de buscar soluções para referenciar melhor a prática na saúde pública. Ela diz que esses profissionais solicitam aos Conselhos que esse acompanhamento seja periódico. O relatório, com o resultado da fiscalização, será entregue aos gestores públicos municipais, em breve, pedindo uma solução para os problemas identificados e sugerindo que seja implantado experimentalmente um serviço que contemple o atendimento na atenção básica de forma interdisciplinar. ●

II Congresso Ciência e Profissão permite encontro e diálogo entre profissionais e acadêmicos

No encontro, foi possível identificar quais os campos em que os contatos estão se desenvolvendo com mais intensidade.

Foram cinco dias de intensa troca científica. Cerca de seis mil pessoas puderam inspirar pesquisas, estudos, práticas profissionais, teses e toda sorte de conhecimento produzido pela Psicologia brasileira e até estrangeira - o que só um encontro da magnitude do II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão poderia proporcionar. Essa avalanche de referências teve o propósito de estreitar a distância que ainda existe entre a produção acadêmica e a prática profissional.

Marcos Ferreira, presidente ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e secretário executivo do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, que organizou o congresso, pensa que o II Ciência e Profissão cumpriu seu papel de apontar um caminho para que essa distância seja superada. Esse caminho, na avaliação dele, é no sentido de que no futuro os psicólogos aproveitem mais o trabalho feito pelos pesquisadores que estão na academia. "Com o congresso, os psicólogos se dão conta de que são também produtores de conhecimento e os pesquisadores são estimulados a estudar o cotidiano do psicólogo brasileiro", diz.

Ana Mercês Bahia Bock, coordenadora do II Ciência e Profissão e presidente do Conselho Federal de Psicologia, observou uma quantidade considerável de trabalhos acadêmicos com uma grande carga de originalidade - um termômetro de que o congresso virou um espaço de intercâmbio científico. "Percebemos ali que existe hoje uma enorme diversidade de temáticas até em campos que não se reconhecia antes como sendo da Psicologia", diz ela. "A profissão está se colocando à frente de desafios como a reforma agrária, trazendo uma leitura psicológica do vínculo do sujeito com a questão da terra", exemplifica. Segundo ela, com o congresso se conseguiu também ter a noção de quais campos estão se desenvolvendo, em razão do número de trabalhos apresentados, como foi o caso dos temas sobre economia solidária, a Psicologia Jurídica, da educação continuada e a hospitalar.

Sérgio Leite, professor do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp e presidente do Comitê Científico do Congresso, se diz satisfeito pelo fato de a questão da relação ciência e profissão ter sido tratada de forma mais aprofundada do que aconteceu na primeira versão, quatro anos atrás. "Grandes mesas enfocaram um assunto que, na verdade, é a grande razão de ser

do Congresso", explica. "É o reconhecimento de que quando essas duas dimensões se aproximam, uma interfere na outra. As práticas profissionais vão de alguma forma influenciar o tipo de pesquisa que é produzido. Inversamente, o que se faz nas universidades acaba direcionando as práticas", argumenta.

Foi importante, segundo avaliação dos organizadores, ter um tema de referência para essa discussão. As grandes mesas temáticas sistematizaram os debates em torno do tema "Enfrentando as Dívidas Históricas da Sociedade Brasileira", articulando a pesquisa e a prática profissional.

Na avaliação de Marcos Ferreira, o II Congresso Ciência e Profissão deve gerar cerca de 20 articulações que poderão resultar na edição de livros. Ele diz que a publicação dos trabalhos cristaliza a interação da ciência e da profissão que, em efeito cascata, poderá se desdobrar em novas pesquisas e em articulações de grupos. "A perspectiva é de que essas articulações sejam de grupos de discussão sobre internet, pesquisa interinstitucional de saúde pública, de intercâmbio de informações na interface entre a Psicologia e o mundo rural, sobre sua interface com economia solidária", diz.

Para Marcos Ferreira, a produção acadêmica ocasionou esse distanciamento. "Os pesquisadores das universidades demonstram pouco interesse em trabalhar a prática concreta e os problemas enfrentados pelos dos profissionais da Psicologia. Por outro lado, muitas das iniciativas da ABEP visam enfrentar uma queixa generalizada de que os cursos não preparam o aluno adequadamente para aquilo que vão encontrar na profissão", afirmou. Daí a im-

portância de um espaço como o congresso que ofereça aos estudantes uma diversidade de pesquisas às quais eles não teriam acesso nas faculdades. Ao mesmo tempo, o Congresso atualizaria os cursos de Psicologia com o que há de novo no campo científico que poderá, no futuro, ser incorporado pelas universidades.

Para Sérgio Leite, o Congresso é uma linha demarcatória no tempo na produção de conhecimento. Segundo ele, encontros como esse potencializam o surgimento de mais pesquisas com maior interatividade entre a profissão e a ciência psicológica. "Antes do Congresso, apenas uma parcela pequena de profissionais, que iam aos eventos de suas áreas, tinha acesso à produção de conhecimento", recorda.

Ana Bock, presidente do CFP, acredita que o congresso contribuiu igualmente para ajudar a tirar a Psicologia de seu isolamento. "A ciência psicológica esteve por muito tempo enclausurada nas universidades, dialogando pouco com a realidade cotidiana. Os psicólogos não tinham acesso ao conhecimento produzido e os cientistas, na maioria das vezes, não partiam das questões da profissão para a investigação científica", considera. O mérito do Ciência e Profissão é, para ela, justamente o de reunir e chacoalhar no mesmo espaço esses pensamentos dispersos, as entidades, os cursos, os profissionais e os pesquisadores sem sectarismo e com fraternidade. "Além disso, o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira saiu fortalecido e se firmou como interlocutor da profissão ao organizar um encontro capaz de representar todas as tendências da Psicologia", comemora. ●



Luis H.R. Carrizo

Psicologia e mídia: universos paralelos em rota de intersecção

Os veículos de comunicação recorrem cada vez mais à profissão para explicar os fenômenos sociais. Mas é preciso cautela nessa relação.

O individualismo é o mais ocidental dos valores, já conceituava o antropólogo Louis Dumont. Estudioso da modernidade, ele mostrou como o “eu” em seu novo valor totalizante - que exprime a afirmação do indivíduo ante o Estado -, é hoje uma questão central e como isso traz um apelo à verdade para que as pessoas se conheçam, saibam quem são. Para a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Mercê Bahia Bock, essa característica da sociedade colaborou para valorizar a Psicologia, que dispõe de um discurso que interessa à coletividade e, por consequência, à mídia. Na mesma medida, aumenta a responsabilidade do profissional em sua relação com os meios de comunicação. Seu papel deve ser o de explicar as dimensões psicológicas produzidas pelos fenômenos sociais, e não o de emprestar suas credenciais científicas a um propósito manipulador.

Ana Bock acredita que a Psicologia tenha condições de falar sobre qualquer fato social por envolver sujeitos que constroem significações. “A imprensa aciona um psicólogo para falar sobre assuntos diversos, porque as pessoas têm uma curiosidade sobre a leitura psicológica”, afirmou. Para ela, esse interesse se estende também para assuntos mais complexos que envolvem a coletividade. “A Psicologia é procurada quando se fala em fatos sociais que interferem na vida do sujeito, como a eleição presidencial ou um desastre aéreo”, exemplificou.

É preciso, entretanto, compreender que a natureza da mídia quase nunca favorece o esclarecimento dos assuntos de maneira reiterada. “A mídia mantém uma certa distância em relação ao indivíduo, exigindo do profissional cuidado nas suas expressões”, disse. “O psicólogo não pode se apresentar academicamente. Deve traduzir os significados de forma a ser compreendido por toda a população, com seus

diferentes níveis de escolaridade e informações, com suas crenças e formas culturais”, recomenda.

Maria da Graça Marchina Gonçalves, presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, observa que, justamente pelo fato de a mídia não ser um espaço que favoreça uma reflexão mais profunda, o psicólogo entrevistado está sujeito a escorregar o tempo inteiro. “Por conta da delicadeza dessa relação, o profissional, que precisa se manifestar com responsabilidade, tem muita coisa para manejar num ambiente que não privilegia o cuidado”, considerou. Ter postura ética, colocar-se em temas sobre os quais tem propriedade e conhecer as características do programa ou da emissora de TV - em geral, preocupada com a audiência -, já seriam, segundo Maria da Graça, um bom ponto de partida para evitar que o psicólogo seja um títere do veículo de comunicação. “O profissional deve procurar ter clareza, ver quais objetivos de ele estar concedendo a entrevista, em que contexto isso acontece e como, dentro disso, pode se manter nos preceitos do que a ética da Psicologia fala. É complicado, mas tem que ser tentado”, sugere.

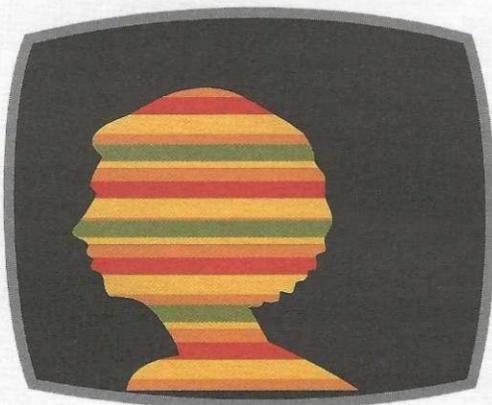
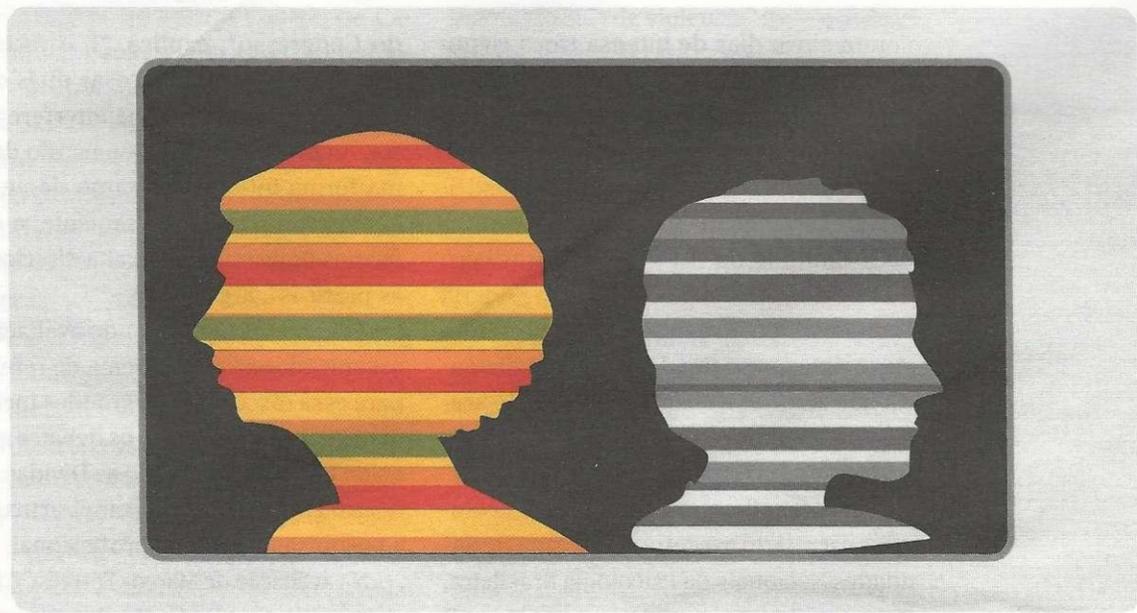
Nem por isso, a Psicologia deve se recusar a falar. “É preciso reconhecer na demanda da imprensa uma oportunidade de explorar um assunto de interesse da população”, ponderou a presidente do CRP SP, Maria da Graça Marchina Gonçalves.

O chefe do Departamento de Reportagens Especiais do Jornal da Record, Leandro Cipoloni, concorda que alguns psicólo-

gos se submetem a reportagens com conteúdo “sensacional”. Para ele, esses profissionais, que fazem de tudo para se promover, podem alimentar junto à imprensa uma imagem consumista da Psicologia. Mas reconhece que há um erro das várias editoriais de jornais e emissoras de TV em não explorar devidamente o vasto campo da Psicologia. “O papel do psicólogo é muito mais abrangente e não se limita a explicar questões comportamentais. É um personagem que deveria ser provocado mais para se posicionar sobre diversos outros momentos”, acrescentou.

De qualquer maneira, Cipoloni avalia que o psicólogo é procurado por ter a capacidade de ajudar o leitor ou espectador a compreender um fato. “A função do psicólogo é, muitas vezes, parecida com a de um repórter: fornecer informações sobre um episódio sem tirar conclusões”, afirmou.

Ricardo Moretzsohn, representante do CFP na coordenação da campanha “Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania”, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, pensa que quando um psicólogo é convidado a falar sobre qualquer assunto na mídia, ele deve ter a preocupação crítica de se interrogar sobre qual é o seu papel naquele momento, a que estará se prestando. “A atender à demanda do veículo de comunicação que, por vezes, pode ser a de manipulação e persuasão da população ou a de se preocupar com a defesa da sociedade, tentando identificar, divulgar e denunciar as influências e os impactos sobre a produção



e organização das subjetividades, contribuindo assim para evitar a transformação de cidadãos em meros consumidores dessa mídia?”

Acerca do debate nacional sobre a democratização da comunicação e na definição da finalidade dos meios de comunicação, Moretzsohn alerta que “a mídia, ao oferecer modos para a apresentação da subjetividade nas relações sociais, transmite um discurso hegemônico sobre a realidade, impondo valores e ideais às pessoas. Em torno de 90% de tudo que a população vê, ouve e lê no país, está nas mãos de meia dúzia de grupos empresariais de comunicação”. Ainda, segundo Moretzsohn, em vez de se ocuparem em veicular, prioritariamente, programas educativos, culturais e artísticos, conforme previsto na nossa Constituição Federal, esses grupos tratam o Brasil como se contivesse uma monocultura. “Intencionalmente, pois a população de maior poder de consumo está no Sudeste. Arrebatam com a nossa riqueza, diversidade e pluralidade cultural, criando, sistematicamente, modelos pasteurizados de identificação. Um exemplo dessa nefasta situação é o de que em várias regiões do interior do país os jovens vêm perdendo a sua identidade cultural para se portarem e se apresentarem de acordo com o modelo exibido, pela novela, dos moradores do bairro de Ipanema, na zona sul carioca. Outro exemplo é o massacre sistemático aos cultos afros-descendentes feito pelo proselitismo religioso em algumas emissoras”, indigna-se.

A campanha “Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania” é também outro termômetro de que é necessário redefinir alguns conteúdos veiculados nas TVs. Em quatro anos de existência, a campanha já recebeu mais de 30 mil denúncias, feitas pela população, sobre programas televi-

sivos que desrespeitam leis e princípios como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Discriminação Racial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

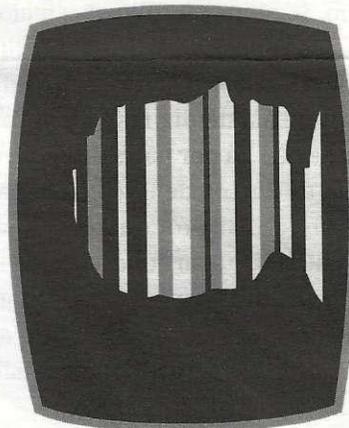
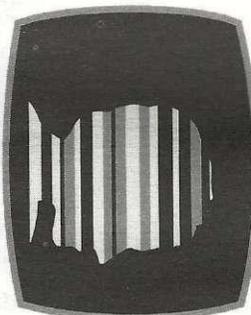
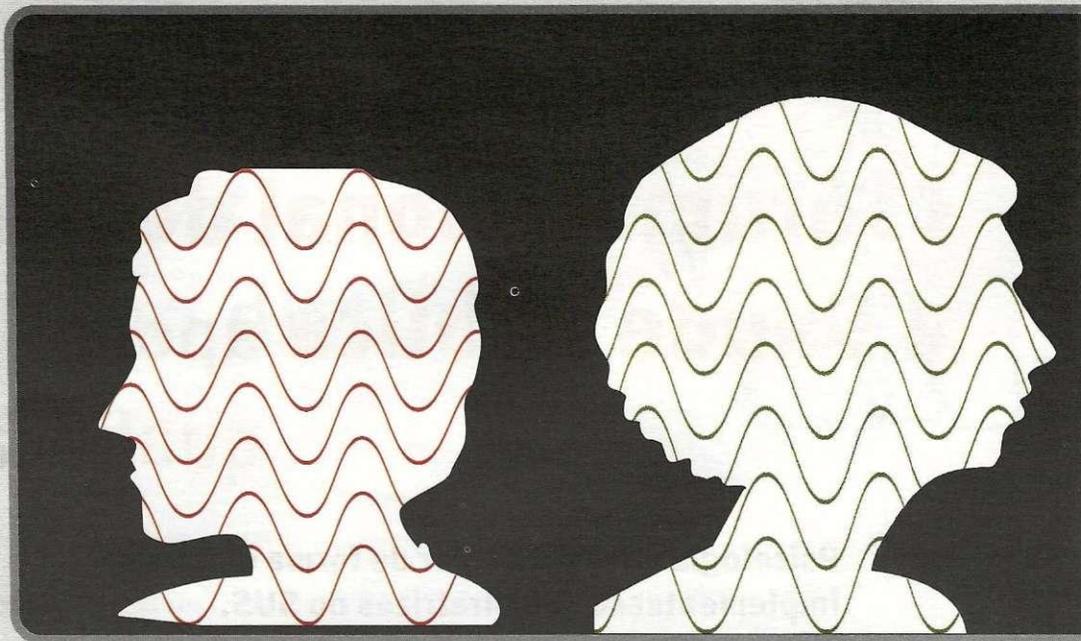
Vera Lucia Eraudez Canabrava, formada em Psicologia pela UFRJ, mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ e doutora em Psicologia Social pela UERJ, entende que a capacidade de a mídia produzir modos de pensamento está relacionada aos direitos humanos. Para ela, é preciso esclarecer a sociedade sobre isso, incluindo os próprios psicólogos. Ela diz que a categoria precisa assumir compromissos com a coletividade mesmo quando participa de um programa de TV. “Os próprios psicólogos são produtos desse contexto midiático. É preciso conscientizá-los para que fiquem atentos e não sejam envolvidos pela lógica instituída de mercado”, alerta. ●

Seminário Psicologia e Mídia acontece no Rio de Janeiro

O assunto *Mídia e Subjetividade* estará em pauta no encontro “*Mídia e Psicologia: produção de subjetividades e coletividades*”, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia com o apoio do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, de 13 a 15 de abril de 2007, nas dependências da UERJ, no Rio de Janeiro. Muitos aspectos da questão serão objeto de reflexão, buscando-se sempre manter o eixo de como a Psicologia pode estar presente nestas questões e como sua leitura sobre a relação da mídia com a subjetividade pode contribuir para a crítica e o avanço dos meios e formas de comunicação. Confira no www.pol.org.br ou no site do CRPSP.

Inscrições: R\$15,00 - estudante / R\$ 30,00 - profissional

Informações: (61) 2109-0100



INSTITUTO DE PSICOLOGIA E ACUPUNTURA

Curso de formação em Acupuntura Tradicional
Curso reconhecido pela SOBRAPA e COFEN portaria nº 021/2004
CNPJ 05194742/0001-19 CRPSP-PJ 2557

Matrículas abertas

Centro de excelência, referência nacional na utilização da acupuntura pelo psicólogo, atuando na área desde 1986

Visite o site: www.psicologiaeacupuntura.com.br - Rua Cuiabá, 229 - Mooca - tel: 011 6604-3367



espaço consciência

I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública aponta para melhor qualificação do profissional

Psicologia quer participar de forma efetiva na implementação das diretrizes do SUS.

O I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, que aconteceu do dia 20 a 22 de outubro, em Brasília, terminou com a certeza de que existe um extenso campo para a atuação do psicólogo no Sistema Único de Saúde. Mas também se confirmou a suspeita de que para que a profissão possa contribuir na promoção à saúde do usuário do SUS, é preciso qualificar essa prestação de serviço a partir da formação dos psicólogos.

Marcus Adams, conselheiro do CRP de Pernambuco e membro da Comissão Nacional do Fórum Nacional, afirmou que boa parte das instituições de ensino superior ainda está dessintonizada com o processo de transformação pela qual passa a sociedade e o papel da Psicologia nesse novo cenário. Segundo ele, uma das maiores dificuldades identificadas hoje para que a Psicologia consolide sua presença no Sistema Único de Saúde diz respeito à formação. "Ainda não há por parte das IESs, que dispõem de cursos de Psicologia, preocupação em formar profissionais capacitados para desempenhar funções ligadas às políticas públicas nem de se adequar à realidade brasileira pós-constituente de 1988. As IESs permaneceram até os dias atuais de costas para o SUS", disse.

Ele observou, entretanto, que por outro lado, os gestores do SUS não atentaram para a necessidade de implementar políticas de Gestão de Pessoas a fim de potencializar a força de trabalho formada ao longo dos 20 anos de implementação do SUS. "A maioria dos psicólogos foi inserida nessa política social do Estado sem planejamento adequado, além de não estarem preparados para os grandes desafios decorrentes do processo da implantação do Sistema Único de Saúde, gerando entraves para uma melhor compreensão e desenvolvimento, por parte de seus gestores, da importância que a Psicologia tem na saúde pública", complementou. "Houve um aporte quantitativo de psicólogos que buscaram uma adaptação e ocupação de espaços, sem um claro aporte qualitativo e diferencial nos serviços prestados pelo SUS", lamentou Adams.

Aparecida Rosângela Silveira, do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e professora de Saúde Mental da Universidade Estadual de Montes Claros, reforça essa ideia ao dizer que no Fórum Nacional os psicólogos apresentaram, como necessidade para avançar na prática dentro da saúde pública, não só a formação nos cursos de Psicologia, mas a educação permanente para os profissionais já formados. "Isso é fundamental para nos qualificarmos na prática, na gestão e no controle social dentro do SUS", acredita.

Ela comentou que os psicólogos solicitam a presença dos Conselhos Regionais para ajudá-los a se qualificarem. "Temos um grande contingente de psicólogos que não tiveram em sua formação a oportunidade de se aprofundar no conhecimento nessa área e atuar no cenário das políticas públicas, inclusive as políticas de saúde - causa das dificuldades de não participarmos mais efetivamente do controle social enquanto gestores", opinou. "Por essa razão, muitos profissionais solicitam aos Conselhos a criação de grupos de trabalho para que os psicólogos possam de alguma forma atualizar seus conhecimentos e avançar em algumas práticas", afirmou.

Rejane Cavalcanti, do Conselho Federal de Psicologia e presidente da Comissão Organizadora do Fórum, apresentou outros aspectos que se configuram como desafios a serem enfrentados para que a categoria ajude a ampliar a cobertura de promoção à saúde na esfera do SUS. "É preciso que se dê continuidade à reforma psiquiátrica e que se definam as atribuições do psicólogo no atendimento à população fundamentada nos princípios do Sistema Único de Saúde", disse. "Essas atribuições ainda se encontram em fase de construção", reconheceu.

Rosângela Silveira também considera imprescindível regulamentar quais as atividades que os psicólogos podem exercer nesse contexto. "O SUS tem demandado crescentemente a participação do psicólogo, em diversos níveis de complexidade. Na atenção básica de saúde, nos serviços especializados e também na área hospitalar. Em outra dimensão, os psicólogos também têm atuado como gestores no Sistema Único de Saúde. Contudo, é preciso observar o quanto a prática precisa avançar em relação à regulamentação", argumentou.



I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública



“Estabelecer alguns protocolos é básico para se ter uma atuação mais efetiva no controle social - um dos eixos importantes dentro do Sistema Único de Saúde”, afirmou. “Algumas teses construídas apontam para a necessidade de criar parâmetros assistenciais”, insistiu.

“Os hospitais para serem credenciados a fazer cirurgias bariátricas necessitam dispor em seu quadro de um psicólogo. Esse profissional tem que fazer uma avaliação do paciente, que vai se submeter à cirurgia. O Conselho Federal de Psicologia ainda não regulamentou quais os procedimentos que o psicólogo deveria adotar nessa avaliação”, exemplificou Rosângela Silveira. “O CFP ainda não regulamentou em quantos credenciamentos de serviços e de estabelecimentos de saúde junto ao SUS o mesmo psicólogo pode participar. Algumas categorias profissionais já avançaram na regulamentação deste campo de práticas profissionais”, acrescentou.

Rejane Cavalcanti explica que todo esse debate decorre do fato de a saúde pública constituir hoje um importante campo de intervenção da Psicologia. São cerca de 20 mil psicólogos inseridos em diversos setores da área, como ambulatórios, capacitação, gestão de pessoal e direção de serviços, com o propósito de aplicar seu co-

nhecimento a um universo de atendimento de mais de 100 milhões de brasileiros que utilizam o SUS. É uma presença considerável, mas que pode ser potencializada em termos de número e de influência no processo de reformulação, que vem ocorrendo nos últimos dois anos, dos princípios e diretrizes da rede pública de saúde. Como estabelecer estratégias para fortalecer a categoria nesse cenário foi um dos motivos que levaram o Sistema Conselhos de Psicologia a organizar uma maratona de encontros que se afunilaram no I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública.

“Enquanto campo de atuação do psicólogo, é fundamental que haja visibilidade do trabalho desse profissional junto às equipes de saúde, desenvolvendo atividades diretamente na comunidade e na gestão dos serviços, aplicando conhecimentos técnicos próprios da profissão em consonância com princípios e diretrizes da po-

lítica de saúde”, considerou Rejane. Marcus Adams classifica a realização do I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública uma decisão assertiva. “O Sistema Conselhos de Psicologia demonstrou que podemos olhar de frente para o enfrentamento do desafio de que nós sejamos protagonistas de desenvolvimento e consolidação do SUS”, ressaltou. ●



As deliberações do I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública vão constituir a agenda do Sistema Conselhos para a área da saúde nos próximos três anos

O I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública com o tema “Contribuições Técnicas e Políticas dos Psicólogos para avançar o SUS - Sistema Único de Saúde” foi resultado de uma deliberação do V Congresso Nacional da Psicologia realizado em junho de 2004 pelo Sistema de Conselhos de Psicologia. A temática da saúde foi trabalhada no eixo das políticas públicas. Os delegados presentes definiram a necessidade de apoiar a política de saúde implantada no país por meio do reconhecimento e fortalecimento da presença do psicólogo na

área. O encontro teve também como objetivo realizar coleta de informações para a pesquisa do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) com os psicólogos da área de saúde pública.

O I Fórum Nacional foi construído a partir do envolvimento de mais de cinco mil profissionais que participaram dos eventos preparatórios realizados pelos Conselhos Regionais. Desses, 1.113 ajudaram na elaboração de 577 teses produzidas nos 16 Fóruns Regionais. A Comissão Organizadora do Fórum Nacional sistematizou 206 propostas e a plenária in-

tegrada por 49 delegados aprovou 102 teses que foram consolidadas pela Mesa Diretora antes de encaminhadas para a APAF, em dezembro de 2006. Essas deliberações vão constituir a agenda do Sistema Conselhos para a área da saúde nos próximos três anos.

Os delegados do CRP SP foram as conselheiras Maria José Berto, Verônica Marques e Sandra Fogaço. A vice-presidente do CRP SP, Maria Ermínia Ciliberti, participou como membro da Comissão Organizadora do Fórum.

Atendimento em situação de desastre, como a dos refugiados do Líbano, ainda carece de psicólogos treinados

Profissionais serão capacitados para atuar junto à Defesa Civil que firmou parceria com o CFP e a ABEP para a realização de cursos e oficinas.

O conflito entre Israel e o Líbano, que consumiu a vida de cerca de 1.200 pessoas em pouco mais de um mês de ações militares, não foi ressentido apenas pela população desses dois países. O sofrimento gerado pelos ataques saiu do Vale de Bekaa e de Beirute, cruzou o Mediterrâneo e atravessou o Atlântico. No Brasil, famílias aguardavam aflitas notícias de parentes que se encontravam na área de guerra. A destruição total de cidades libanesas gerou caos e medo entre os brasileiros que viviam ou estavam em férias. Sete, dos quais três crianças, morreram.

No dia 23 de julho, onze dias após o início do terror armado, o Itamaraty iniciou uma operação de resgate e acionou a Força Aérea Brasileira para retirar os brasileiros que queriam sair da zona de conflito. Quase 2.600 pessoas - entre brasileiros, libaneses brasileiros e também alguns estrangeiros - foram resgatadas. Desse total, 1.745 foram trazidos para o Brasil em 11 vôos da FAB e de companhias aéreas nacionais.

O que parece ter sido solucionado pode, na verdade, esconder, agora, um sofrimento que, sem uma intervenção psicológica, resultará, no futuro, em transtornos emocionais para as pessoas que enfrentaram de perto as tragédias de uma guerra.

O Conselho Federal de Psicologia foi consultado pelo Itamaraty para formar um grupo de profissionais que pudessem estabelecer uma estratégia de intervenção multimodal. Com a participação do Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional de Defesa Civil, foi elaborado um protocolo de atendimento à comunidade libanesa que chegava ao Brasil.

A psicóloga Daniela Lopes, gerente do Departamento de Minimização de Desastres da Defesa Civil, diz que, embora não tenha havido tempo para colocar em prática essa carta de princípios, o documento proposto deverá servir de base para construir uma política de assistência em situação de desastre - como no episódio dos refugiados do Líbano, das famílias das vítimas do acidente aéreo da Gol ou, ainda, da população da caatinga assolada pela seca.

Angela Coêlho, professora do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, MS, representou o CFP nessa iniciativa e ajudou a pensar o protocolo (veja box). O plano de ação, segundo ela, definia uma linha de procedimentos que previa mapear as cidades com comunidades libanesas e as entidades ligadas a elas, iden-

tificar a rede de atendimento em saúde e a existência de psicólogos nesses serviços, além de promover atenção a grupos de alta vulnerabilidade - crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

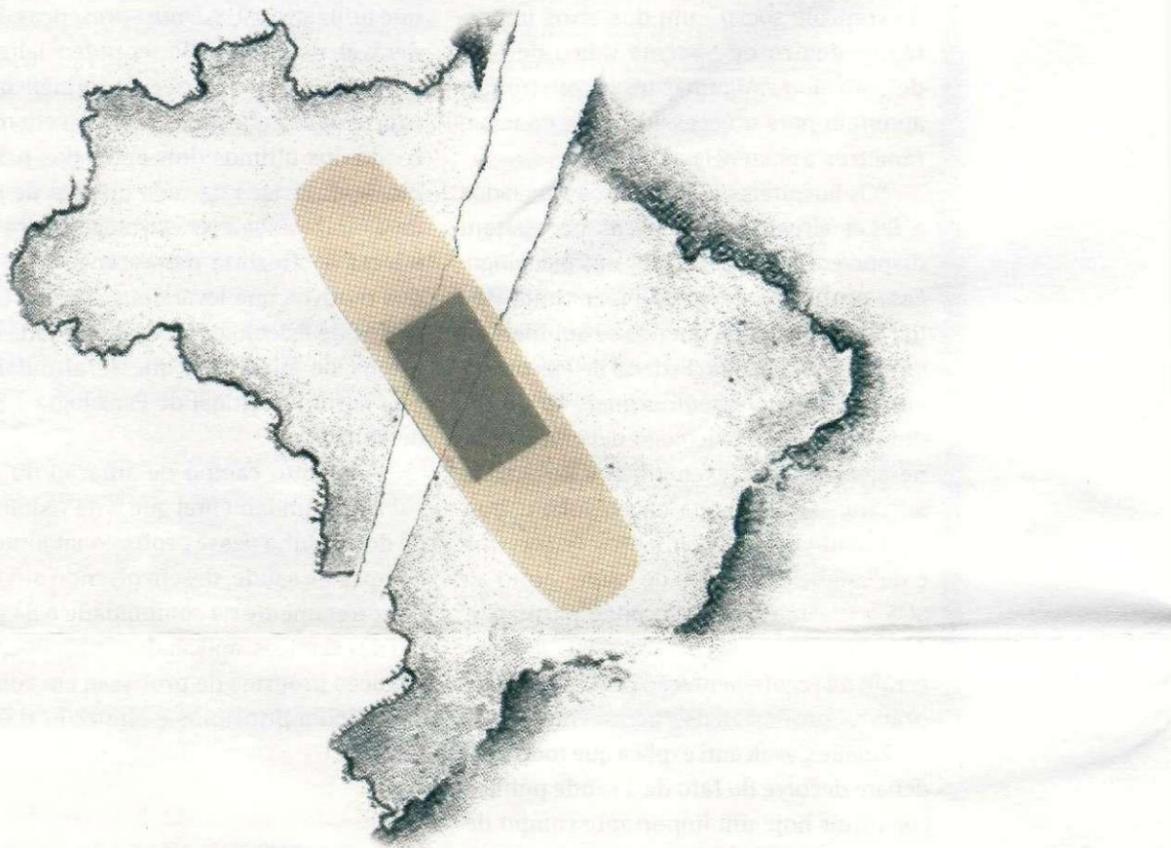
Ela ressalta que, para o sucesso de um planejamento estratégico dessa magnitude, a presença do Sistema Único de Saúde seria imprescindível. "O SUS entraria no processo, preparando seus profissionais para atender, no dia-a-dia, as pessoas que enfrentaram situação de desastre."

Marcus Vinícius Oliveira Silva, vice-presidente do CFP, participou dos contatos com o Itamaraty e a Defesa Civil. Ele lembra que a situação dos refugiados do Líbano foi um bom exemplo para justificar a criação de um segmento de assistência a vítimas de situações de emergência e de desastre dentro do Ministério da Saúde, que, para ele, ainda trata o assunto como se fosse um atendimento de saúde mental como outro qualquer. "O Ministério da Saúde ignora que problemas dessa natureza, provocados por acidentes, têm uma especificidade no seu processo de experiência e no desenvolvimento no tempo e no espaço. É algo que questiona, desorganiza e interrompe a vida", diz. "Essas vítimas necessitam de profissionais que tenham um treinamento particular. Não basta atender na hora. Os traumas, as fo-

bias, o terror noturno nas crianças vão eclodir anos depois, e as pessoas nem se darão conta de que desenvolveram agravos por conta do desastre que vivenciaram", argumenta.

A psicóloga Angela Coêlho reforça que muitas vezes os impactos de um desastre ocorrem sem deixar pegadas. "Seria importante dispor de profissionais que lidassem com as comunidades afetadas e acompanhassem suas reações, a fim de fortalecer a rede social dessas pessoas", sugere. Mas ela reconhece que ainda existem poucos psicólogos capacitados para oferecer esse serviço.

Dentro do governo federal, o órgão mais interessado em alterar esse quadro é a Secretaria Nacional de Defesa Civil. Daniela Lopes adianta que está em andamento um acordo com o CFP e a Universidade Federal de Santa Catarina para a realização, em 2007, de cursos à distância sobre atendimento psicológico em situações de desastre. O curso, com uma duração de 45 dias, está concebido para ser ministrado a 1.500 profissionais por meio de vídeo-aulas. Haverá acompanhamento de tutores e o conteúdo do material didático vai informar os psicólogos sobre o que é e o que faz a Defesa Civil e quais as possíveis áreas de atuação do profissional nesse campo.



Outra parceria da Defesa Civil para capacitar psicólogos nesse campo é com a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia). Também, em 2007, serão realizadas 38 oficinas no mesmo formato da Oficina Nacional - Formação em Psicologia e Saúde Pública, que ocorreu, em 2006. "Com as oficinas, pretendemos divulgar a área de atuação da Defesa Civil na academia para que possamos inserir o tema no currículo escolar", antecipa Daniela Lopes.

Em ambos os convênios, ela espera receber auxílio de especialistas na área de países como o Chile, o México e o Peru. O primeiro contato foi estabelecido em junho, quando aconteceu o I Seminário Nacional: Psicologia das Emergências e dos Desastres, em Brasília. A partir desse encontro, foi montada uma rede de profissionais da América Latina interessados e que já atuam nesse campo. Novo seminário, com o apoio do CFP, acontecerá, de 21 a 23 de março de 2007, em Buenos Aires (www.sapsed.org.ar/encuentrointernacional). Outro também será realizado, na esfera do Congresso da ULAPSI, previsto para setembro, em Havana, Cuba.

Marcus Vinícius, do CFP, vislumbra nesse esforço de capacitação uma oportunidade de trabalho promissora que a Psicologia não pode ignorar. Ele lembra que além dos próprios postos de saúde do SUS, há no país cerca de três mil Comitês Municipais da Defesa Civil que poderão, a médio prazo, dispor de um profissional para a área de desastre. ●

Alguns itens da Proposta de Intervenção Multimodal

Objetivo Geral:

Introduzir e desenvolver um componente psicossocial no cuidado as pessoas durante situações de emergências e desastres a fim de oferecer uma resposta apropriada às necessidades psicológicas e sociais, favorecendo o restabelecimento da vida cotidiana.

Objetivos da Primeira Ajuda Psicológica:

- Identificar o grau de envolvimento no conflito;
- Identificar a rede de suporte social no Brasil;
- Facilitar a expressão verbal da experiência;
- Facilitar o fortalecimento dos vínculos positivos com a rede social;
- Favorecer a compreensão de sentimentos como raiva, dor, culpa etc.;
- Favorecer a expressão de planos futuros.

Recomendações

- Promoção e educação para as equipes de primeira resposta;
- Identificação de organizações e lideranças comunitárias;
- Motivação e organização da comunidade para a auto-ajuda e ajuda mútua;
- Participação da comunidade no planejamento e execução de ações em situações de emergência.
- Implementação de programas visando à promoção de educação para ações de saúde em situação de emergência e de normalidade.



A melhor universidade particular de São Paulo* convida você a ficar entre os melhores psicólogos do País.

Pós-Graduação Unicsul. Na prática, você melhor.

A ênfase na pesquisa tem garantido à Pós-Graduação da Unicsul destaque em algumas áreas como, por exemplo, o 1º lugar em número de Mestrados recomendados pela Capes; o 1º lugar na avaliação dos programas de Iniciação Científica do CNPq; o 1º lugar em número de Bolsas de Iniciação Científica e o 2º lugar em número de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq.

Conheça outros resultados como esses e informe-se sobre todos os cursos de Pós-Graduação em nosso site.

www.unicsul.br/pos • 0800 770 6789

Lato Sensu	Conheça também cursos Lato Sensu e Mestrados em outras áreas.	Mestrados
<ul style="list-style-type: none"> • Multidisciplinar em Saúde Mental • Psicologia da Saúde - Práticas Contemporâneas na Clínica Ampliada e na Psicoterapia Breve • Psicopedagogia 		<ul style="list-style-type: none"> • Ciências da Saúde

*Confira os rankings oficiais em www.melhoruniversidade.com.br

**Psicologia
Pós-Graduação**

UNICSUL
universidade cruzeiro do sul

Reforma do modelo de atendimento sofre pressão

Entidades de hospitais e da psiquiatria fazem críticas à desativação de leitos, mas movimento da luta antimanicomial reage.

Hoje não se pergunta mais se a Reforma Psiquiátrica, que se processa no Brasil desde os anos 1980, é ou não viável, mas quando ela será concluída. Apesar de ser um caminho sem volta, até por conta do compromisso do atual governo federal com a desospitalização, pela primeira vez a Associação Brasileira de Psiquiatria se uniu às forças contrárias à luta antimanicomial para vir a público se manifestar. Em julho deste ano, jornal "O Globo" publicou um artigo do presidente da ABP, Josimar Mata de Farias França, criticando abertamente a desativação de leitos psiquiátricos. A resposta foi rápida, coletiva e incisiva. Um manifesto assinado por oito entidades da Psicologia repudiaram veementemente os ataques do presidente da associação às conquistas da Reforma.

Marcus Vinícius Oliveira Silva, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, identifica nessa mobilização um interesse corporativo que procura garantir o poder e a supremacia do médico na equipe multiprofissional, além da disputa econômica pelos recursos do Ministério da Saúde a serem investidos nos hospitais psiquiátricos em detrimento dos serviços substitutivos que são mais eficientes para o bem-estar do paciente. "Querem estancar nosso movimento que representa uma ameaça aos interesses dos empresários da loucura, à ordem atual dos gastos com saúde mental. Estamos falando de cerca de meio bilhão de reais destinado a 41 mil leitos ainda existentes", revela.

Haveria, ainda, outra força motriz que encoraja a reação. "O interesse de certas burocracias acadêmicas da psiquiatria que sobrevivem da reprodução de uma pseudociência a serviço dos laboratórios farmacêuticos. As autoridades acadêmicas emprestam sua credibilidade para chancelar o marketing de medicamentos cuja eficiência precisa ser testada localmente", diz Marcus Vinícius. "É mais cômodo fazer ensaios clínicos com pacientes internados do que com os ambulatoriais", acusa.

A exposição do presidente da ABP em defesa da regressão a um "estágio pré-democrático" nas relações internas ao campo da saúde mental, segundo definição de Marcus Vinícius, seria uma tentativa de retomada do poder desse grupo mais reacionário do corporativismo médico que desde o final da década de 1990, quando passaram a tomar assento no Conselho Federal de Medicina. Para o vice-presidente do CFP, o Ato Médico, com seu recrudesci-

mento corporativista, teria sido o prumo que faltava para realinhar o discurso dos representantes dos hospitais psiquiátricos com o das burocracias universitárias elitistas e da ABP.

Para se somar a essa sucessão de fatores, o reagrupamento das forças contra a reforma só teria sido possível, porque governo federal teria afrouxado o processo de fiscalização dos hospitais, descuidando da meta de fechamento de mais leitos com um maior enfrentamento político e ideológico a favor da Reforma Psiquiátrica. Isso teria dado fôlego para uma reação de um setor que já estava completamente derrotado, mas conseguiu novas alianças.

Ao mesmo tempo, diz Marcus Vinícius, o Ministério da Saúde deixou de dialogar com os movimentos sociais - que historicamente iniciaram a reforma -, para tratar a matéria como um assunto de natureza técnico-burocrática.

Tânia Maris Grigolo, psicóloga e assessora técnica da Área de Saúde Mental do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, garante, entretanto, que a política nacional para a saúde mental tem como diretriz a Reforma Psiquiátrica que implica na diminuição dos leitos nos hospitais psiquiátricos, na criação de serviços substitutivos e na desinstitucionalização da cultura manicomial. Ela reconhece que há resistência por parte da Federação Brasileira dos Hospitais e da atual diretoria da Associação Brasileira de Psiquiatria. "Mas o rumo adotado pelo Ministério da Saúde e governo federal em relação à desinstitucionalização e à Reforma Psiquiátrica é claro. É um caminho que não tem retorno para o antigo modelo, é uma conquista de usuários, técnicos e familiares que decidiram por este rumo nas Conferências Nacionais de Saúde Mental", reforça ela.

Mas ela admite dificuldades na execução do processo pela sua complexidade e por envolver poderes municipal, estadual e federal e a comunidade. "Desinstitucionalizar não pressupõe apenas desospitalizar pacientes, mas significa toda uma reorganização na vida das pessoas, muitas perderam suas famílias por terem ficado longo tempo internadas, passam a ir morar em casas, na comunidade, cha-



mas de serviços residenciais terapêuticos. Esse processo é complexo, envolve a comunidade local e toda uma mudança sócio-cultural. Isso tem acontecido em várias cidades de forma exitosa no Brasil", assegura. Ela dá o exemplo de Feira de Santana, na Bahia, que criou onze residências terapêuticas onde moram 51 ex-internos de um hospital colônia que está em processo de fechamento progressivo.

Elisa Zaneratto Rosa, tesoureira e membro do subnúcleo de Saúde Mental do Núcleo de Saúde do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, também observa que para que a Reforma Psiquiátrica tenha sucesso e seja feita com responsabilidade é preciso que haja o fortalecimento da rede substitutiva. "É fundamental a criação e qualificação de dispositivos os mais variados. Podemos citar os CAPS, que acolhem os casos graves, sem precisar internar em hospital psiquiátrico, os Centro de Cultura e Convivência Social, que oferecem um espaço para a participação social através de oficinas de arte, cultura e profissionalização, e as residências terapêuticas com as condições adequadas para que se efetive a desinternação de pessoas internadas há muitos anos, sem condição de moradia hoje que não no hospital psiquiátrico", sugere. "Além desses, precisamos garantir ainda a ampliação e qualificação de outros serviços e dispositivos, que cuidem, por exemplo, da atenção à saúde mental para crianças e adolescentes, para usuários de álcool e drogas, para os grupos familiares e comunidade, dentre outros", diz.

nção em saúde mental , mas é caminho sem volta

Para ela, esse conjunto de medidas de atenção é fundamental para substituir efetivamente o hospital psiquiátrico. Sua implementação exige, no entanto, inversão dos repasses públicos. Elisa observa que todos esses serviços conquistaram avanços na sua concepção e exercício dentro da rede pública. “A iniciativa privada não tem interesse em fazer isso, porque não gera lucro”, entende ela. “É preciso de verba pública para construir essa política pública”, assevera.

“Um dos entraves da Reforma Psiquiátrica é que ainda grande parte da verba da saúde mental vai para a rede hospitalar.” Segundo o Ministério da Saúde, os hospitais concentravam em 1998, 92,07 % dos gastos da saúde mental e passaram para 55,47 %, em 2005. Existem hoje no país 991 CAPS. Foram gastos, em 2005, mais de R\$ 120 milhões com atendimento psicossocial. Considerando todos os serviços e ações extra-hospitalares, os recursos chegam a mais de R\$ 362 milhões. Enquanto os hospitais psiquiátricos receberam, no mesmo período, do Sistema Único de Saúde, quase R\$ 452 milhões. A reversão no financiamento das ações de saúde mental tem sido uma prioridade.

A psicóloga Tânia Grigolo, do Ministério da Saúde, aponta os avanços alcançados nos últimos anos. “A redução tem sido progressiva e de forma responsável. Não aceitamos, por exemplo, a crítica da ABP de que estamos causando desassistência no país. Não fechamos hospitais de um dia para o outro, por iniciativa do Ministério da Saúde, nem colocamos as pessoas na rua, sem assistência. Isso acontece na mesma medida em que aumentamos a rede e os recursos para os serviços substitutivos”, garante. Ela explica que há um programa nacional de avaliação anual dos hospitais. “Se essas instituições estiverem abaixo do nível considerado mínimo, elas são indicadas para o descredenciamento do SUS”, acrescenta. Este programa avalia a qualidade da assistência prestada nos hospitais e também a existência de maus-tratos.

A psicóloga Sandra Fischetti, responsável pelo Centro de Atenção Psicossocial Luiz da Rocha Cerqueira, desde sua formação, em 1987, comenta que a Reforma Psiquiátrica depende também da qualificação dos profissionais da saúde que vão trabalhar nos serviços substitutivos. “São poucas as universidades que formam psicólogos para esse modelo de atenção. Na medida em que eles entram para a rede, é necessária uma capacitação para uma forma mais eficiente e mais completa de abordar o problema da saúde mental. A formação nos cursos ainda é voltada para um tra-

balho específico e especializado de cada área. O médico faz psiquiatria, o psicólogo faz psicoterapia, e essa forma de distribuição do trabalho não dá conta da complexidade da proposta”, acredita.

Marcus Vinícius lembra que a saúde é um direito de todos, um dever do Estado. No caso da saúde mental, seria preciso oferecer o direito de acesso aos meios de tratamento que sejam menos evasivos, mais democráticos, que garantam a cidadania dessa parcela da população. Assegurar um conjunto de políticas públicas que favoreça sua inclusão social. “A Reforma não é só um assunto técnico de como vai assistir o

paciente: se é hospital, se é ambulatório... A Reforma é também uma idéia de que é preciso garantir aos portadores de transtornos mentais direito ao trabalho, à moradia e à convivência social. Isso tem que ser construído a partir do SUS”, raciocina. “A Reforma tem um objetivo mais amplo do que o mero fechamento de algum tipo de instituição e criação de novas instituições. Envolve a dimensão da reabilitação social. Do ponto de vista cultural, é um conceito de convivência com a diferença, de ampliação dos horizontes, da tolerância em relação ao comportamento que desvia da norma social”, argumenta. ●

Estatística

internações nos 882 CAPS do país, de janeiro a março de 2006	420
dias de permanência	6.787
número de moradores	2.148
número de residências terapêuticas no país	426
número de municípios no programa <i>De Volta Pra Casa</i> (maio 2006)	106
número de beneficiários	2.241
número de ambulatórios de saúde mental	390
número de hospitais psiquiátricos no país	228
número de leitos com repasses do SUS (em 1996, havia 72 mil leitos)	40.524

IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário alimenta o debate da Reforma Psiquiátrica em São Paulo

O Prêmio Arthur Bispo do Rosário ganha, a cada ano, maior importância no debate político sobre a Reforma Psiquiátrica em São Paulo. Elisa Zaneratto Rosa, organizadora do evento, explica que o Prêmio, já em sua quarta edição, procura mostrar que existe vida além do que se considera doença, que os usuários da saúde mental têm produção de significados e possibilidade de criação.

Elisa diz que essa atividade cultural é uma forma de alimentar as discussões entre os próprios profissionais que trabalham dos serviços substitutivos, como os CAPS, em torno dos desafios que precisam ser enfrentados para oferecer um atendimento de melhor qualidade. Para ela, o Prêmio é uma estratégia de mobilização da sociedade a fim de rever a cultura da exclusão do doente mental.

Foram realizadas 19 oficinas nas oito subsedes do CRP SP e nas diferentes categorias do IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário (esculturas/instalações, pintu-

ras e artes plásticas em geral, fotografias/imagens, poesias/textos). Nesses espaços de encontro, as pessoas puderam rever o estigma da loucura e o conceito de quem é usuário da saúde mental. O resultado foi que o Prêmio recebeu um número de inscrições muito acima dos anos anteriores: 891. Desses trabalhos, 40 (dez para cada categoria) foram selecionados e expostos ao público, em dezembro, na Estação República do Metrô, o que deu grande visibilidade às obras e seus autores.

O prêmio homenageia o sergipano Arthur Bispo do Rosário que viveu cinco décadas como interno, diagnosticado como esquizofrênico, na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá - Rio de Janeiro. No início dos anos 60, trabalhou como “faz tudo” em uma clínica pediátrica, onde morou isolado no sótão e desenvolveu grande parte de sua produção artística. Em 1969, voltou para Colônia onde ficou até a sua morte em 1989.

Em casos de violência contra crianças, a notificação compulsória é um dever ético

A violência é vista como uma questão de saúde pública por gerar nas pessoas sofrimento físico, psíquico, social e econômico, em particular, quando as vítimas são crianças e adolescentes. Por essa razão, o psicólogo ao identificar vestígios e manifestações de maus-tratos, deve proceder à notificação compulsória ao Conselho Tutelar ou à Vara da Infância e da Juventude.

A psicóloga Maria Lúcia Scalco, da Secretaria Municipal de Saúde - SMS - de São Paulo, diz que o profissional tem o dever ético e legal de comunicar aos órgãos competentes as suspeitas de violência, conforme determinam os artigos 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente e, no caso da cidade de São Paulo, a Portaria n.º 2639/03 da SMS. "Não notificar, é se omitir", afirma.

Cristina Martin Vidal França, psicóloga da Coordenadoria da Vigilância da Saúde do município de São Paulo, diz que é possível saber se a criança foi ou está sendo vítima de violência seja em casa ou na escola. As referências estabelecidas pelo projeto "Resgate Cidadão" da SMS/SP orientam o profissional a identificar vestígios da violência pelo aspecto psicológico. É possível que haja maus-tratos quando se verifica que a criança é impaciente, muito introvertida ou agressiva, se há aversão ao contato físico, retardo psicomotor, episódio de pânico, isolamento, choro fácil, comportamento autodestrutivo, e outros. Pelas evidências físicas, há várias lesões que, em geral, são incompatíveis com as histórias ou com o estágio de desenvolvimento da criança: contusões na face, lábios, nádegas, braços e dorso, queimaduras com marcas de objeto, fraturas em costelas em menores de dois anos, lesões na área genital e perineo, aspectos de má higiene e desnutrição. É importante também observar relatos discordantes entre os responsáveis e a pessoa supostamente agredida.

Dalka Chaves de Almeida Ferrari, coordenadora do Centro de Referência às Vítimas da Violência (CNRVV) do Instituto Sedes Sapientiae, fala das ações de atendimento e prevenção às vítimas de violência doméstica e sexual, suas famílias e ao agressor, desenvolvidas pelo CNRVV nos programas de enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes nas regiões oeste e norte do mu-

Psicólogos que têm conhecimento ou suspeita de maus-tratos devem notificar o fato ao Conselho Tutelar.



niípio de São Paulo. Ela observa que o profissional que trabalha com violência contra crianças e adolescentes integra ou deve integrar uma equipe interdisciplinar, desenvolvendo um trabalho em rede. O profissional que atende em instituição, normalmente, já integra uma equipe interdisciplinar e recebe casos para atendimento que foram notificados com relatório do Conselho Tutelar ou da Vara da Infância e Juventude.

Quando ele atende em consultório particular e recebe um caso com suspeita de violência contra crianças e adolescentes, ou quando está na instituição e o caso em questão chega sem notificação, tanto numa situação quanto na outra, o psicólogo deve fazer a notificação do caso ao Conselho Tutelar ou à Vara da Infância e Juventude. Ao fazer a denúncia, o psicólogo começa a atuar na equipe interdisciplinar que vai cuidar do caso, discutindo com o Conselheiro Tutelar, com o assistente social e o psicólogo da Vara da Infância e Juventude e com os profissionais que vão atender o caso no Instituto Médico Legal, como ocorre no Hospital Pérola Bygthon, em São Paulo. Dalka refor-

ça que a postura do psicólogo é de acolhimento, acompanhamento e tratamento do caso. Ao psicólogo não cabe a função investigativa.

Segundo ela, após o ECA, essa função passou a ser do Conselho Tutelar, da Vara da Infância e Juventude e do Ministério Público. "Na faculdade, o psicólogo estuda, discute e realiza diagnósticos diferenciais sobre as causas do sofrimento de seus pacientes, aprende a discriminar uma síndrome da outra, a estabelecer estratégias de intervenção. São posturas necessárias para trabalhar os casos que não têm uma interface legal. Os cursos deveriam marcar essa diferença de postura no atendimento dos casos que exigem notificação para evitar situações de conflito profissional", sugere ela.

Mas Dalka reforça a necessidade de o psicólogo dispor de conhecimento, consciência de que há outra instância capaz de cumprir o papel de investigação. "Se ele insistir em intervir e não notificar, o caso pode assumir contornos mais graves, tanto para a criança quanto para o profissional", adverte. Esse excesso de cautela e a tendência a refinar seu encaminha-

mento, próprio da natureza da profissão, pode colocar a criança em risco maior e trazer uma infração administrativa para o psicólogo.

Dalka Ferrari esclarece que ao fazer a notificação compulsória, o caso da criança violentada não sai das mãos do psicólogo que notificou o caso. Segundo ela, o profissional continuará a dar apoio e atendimento à criança, a desenvolver um trabalho de orientação e fortalecimento da família até junto ao agressor, quase sempre também vítima de um passado violento.

Outro aspecto que influi na tomada de decisão do psicólogo é o que trata do sigilo profissional. "Criou-se um tabu em torno desse assunto", classifica. Cristina Martin Vidal França, também da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, considera delicado o profissional achar que o que acontece no atendimento não pode ser revelado, seja no consultório, no hospital ou na escola, e que ele pode resolver a questão. O próprio Código de Ética Profissional, na nova versão, em vigor desde agosto de 2005, permite a quebra de sigilo profissional para os casos de denúncia de violência.

Maria Lúcia, da SMS, pondera que a notificação precisa ser acompanhada da assistência à criança. "A notificação por si só sem essa retaguarda, não nos serve", diz ela. "É preciso dar proteção à vítima, com políticas de saúde e apoio de redes sociais. Há a necessidade de o profissional ou a equipe estar próxima do Conselho Tutelar. Todos os profissionais, não só os psicólogos, precisam saber o que o Conselho Tutelar faz na sua região, porque é ele que vai assumir, caso seja necessário, a criança no lugar da família", de-

fende. "Tem que haver um trabalho conjunto (saúde, assistência social, Conselho Tutelar, educação, Vara da Infância e demais órgãos) para entender o que se passa com essa família (no caso de violência intrafamiliar), com o propósito de prevenir uma violência ainda maior".

Uma forma de assistência é dar atendimento psicossocial e terapêutico à criança como faz o programa Sentinela - Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Segundo Nazir Levy Brudniewski, coordenadora do Serviço de Enfrentamento à Violência no Estado de São Paulo e coordenadora da Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil - CEEVIJ -, o Sentinela é coordenado, monitorado e avaliado pelo Estado, sendo executado pelos municípios e ou entidades que contam com equipes especializadas na área de violência doméstica (assistentes sociais, psicólogos e educadores).

Ela diz que o serviço abrange, hoje, 76 municípios do Estado, 57 dos quais atenderam 7.422 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, psicológica e negligência. "O Serviço desenvolve um conjunto de procedimentos técnicos especializados para o atendimento e proteção imediata às crianças e adolescentes abusadas e ou exploradas sexualmente, assim como seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento de sua autoestima e o restabelecimento de seu direito a convivência familiar e comunitária", explica Nazira.

As equipes também desenvolvem ações preventivas, realizando trabalhos de sensibilização e conscientização jun-

to a diversos órgãos que executam algum tipo de atendimento voltado a crianças e adolescentes, bem como à comunidade. "Essas ações têm como objetivo dar maior visibilidade ao fenômeno da violência doméstica e com isto romper a 'lei do silêncio'", diz.

Segundo Nazira, para desenvolver suas ações o Serviço de Enfrentamento necessita de um trabalho junto à rede que é composta por diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Sociedade Civil. "Não basta apenas denunciar, os profissionais envolvidos no atendimento também devem acompanhar sistematicamente os trâmites legais específicos de cada caso, utilizando-se de estratégias de ação, para que as famílias sejam sensibilizadas e se comprometam a permanecer no processo de atendimento", ressalta.

Dalka Ferrari, do Sedes Sapientiae, esclarece que a notificação, em particular pelos profissionais nas unidades de saúde, tem também o propósito de ajudar na elaboração de um banco de dados regional e nacional. Maria Lúcia Scalco, da SMS, diz que com dados agrupados, será possível dispor de um levantamento dos casos de violência contra crianças, sua natureza e suas causas, e estabelecer estratégias de ação e intervenção nesse campo da saúde. ●

Como fazer a notificação compulsória

Nos casos suspeitos ou confirmados de violência, o psicólogo precisa fazer a notificação compulsória para o Conselho Tutelar ou a Vara da Infância e da Juventude. Segundo Dalka Ferrari, do Sedes Sapientiae, na ausência de um desses dois, a notificação pode ser levada ao Ministério Público. Ela orienta que na notificação devem constar os indícios de uma situação de violência, que necessitam ser investigados. E lembra que o agressor e a família precisam ser avisados de que será feita a notificação. Maria Lúcia Scalco, da SMS, lembra que a notificação não é denúncia. O profissional relata sempre a suspeita de uma situação de violência, por meio da notificação. Cristina França acrescenta que no prontuário da criança deve haver uma cópia dessa notificação

para auxiliar no atendimento do caso.

Na ficha de notificação de casos suspeitos ou confirmados do Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes - SIVVA - da SMS, pede-se a identificação do atendimento, dados gerais do paciente (nome, endereço, idade e escolaridade), dados da agressão por terceiros (se foi física, psicológica, abandono, se houve uso da força, de armas ou objetos contundentes, frequência da agressão e se é da família) e caracterizar a lesão mais relevante.

O SIVVA permite a notificação de casos de violência também para outras faixas etárias e orienta a utilização de um fluxograma que pode servir de modelo para outros órgãos e instituições que fazem atendimento de casos suspeitos de violência. Primeiro é feito o acolhimento e a escuta. O profis-

sional ou a equipe de referência decide a conduta do caso. No caso de suspeita de violência, envia-se a notificação para o Conselho Tutelar ou para a Promotoria de Justiça Regional, para a SUVIS (Supervisão Regional de Vigilância em Saúde da SMS) e para arquivo no prontuário da unidade. No caso de violência sexual, além da notificação e da assistência acima descrita, encaminha-se para a profilaxia de DST, AIDS, hepatite e anti-concepção de emergência. A criança ou o adolescente é enviado a um serviço de emergência, à própria unidade de saúde ou a uma rede de apoio para ser realizado um atendimento interdisciplinar - assistência social, com a participação do Conselho Tutelar, da Vara da Infância e Juventude, do MP e de ONGs.

Uso de métodos e técnicas psicológicas em avaliação psicológica para obtenção da CNH

J., enquanto candidato à obtenção de carteira nacional de habilitação (CNH), foi avaliado pelo psicólogo M., devidamente credenciado pelo DETRAN. Posteriormente, entrou em contato com o CRP com questionamentos com relação à conduta profissional do referido psicólogo. Apontava a não pertinência das questões feitas (uso de drogas, existência de problemas psiquiátricos), a interrupção da aplicação dos testes ainda quando não concluído e o fornecimento de diagnósticos sem fundamentação.

O psicólogo, ao apresentar seus esclarecimentos iniciais, argumentou que, além do conteúdo verificado nos testes aplicados, bem como da entrevista realizada, o candidato informou ser consumidor habitual e em grande quantidade de determinada bebida. M. também argumentou que busca realizar a aplicação dos testes de acordo com as orientações de seus manuais, negando a interrupção, dado também que as salas de aplicação são isoladas. Encaminhou ainda documentação referente à avaliação realizada.

O caso em questão levanta alguns pontos, que são fundamentais, a serem observados e analisados, considerando um exercício profissional ético.

Primeiro, a documentação encaminhada evidenciava que todas as etapas da avaliação psicológica foram devidamen-

te realizadas, constando de entrevista, com questões pertinentes para subsidiar a avaliação; de testes psicológicos de personalidade, nível de atenção e nível intelectual, todos com parecer favorável do CFP; do uso adequado de folhas de respostas, com apreciação quantitativa e qualitativa; de conclusões baseadas em resultados registrados a partir de técnicas reconhecidas pela profissão.

Outro aspecto diz respeito à consistência na fundamentação, sendo que, através de seus indicadores quantitativos e qualitativos, o psicólogo tinha subsídios para concluir sobre determinada hipótese. Importante mencionar que as documentações apresentavam indicadores que fundamentaram as conclusões, incluindo respaldo tanto pela entrevista, quanto pelos testes aplicados (técnicas utilizadas)

Ficou claro que as informações levantadas apontavam para a realização de um trabalho que prezava pelo respaldo teórico-técnico e pela ética profissional.

O intuito em expor este caso foi destacar a importância da fundamentação no trabalho realizado pelo psicólogo. Os testes psicológicos devem ter "parecer favorável" do CFP, sendo que sua utilização deve seguir rigorosamente as instruções de seus manuais. Existem referências fundamentais sobre cuidados a serem verificados na realização de avaliação psicológica e no uso de testes psicológicos (es-

pecificamente, para a obtenção da CNH), dentre os quais destacamos:

Código de Ética Profissional

Art. 1º - São deveres fundamentais do psicólogo:

c) prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

g) emitir documento sem fundamentação e qualidade técnico-científica;

l) interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterar resultados ou fazer declarações falsas.

Resolução CFP 012/00

A qual institui o manual para avaliação psicológica de candidatos à CNH e condutores de veículos automotores

Resolução CFP 002/03

A qual define e regulamenta, entre outros aspectos, sobre o uso dos testes psicológicos

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar (Resolução CFP 006/01). A normatização profissional citada está disponível no site: www.crpsp.org.br - item 'legislação'.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª REGIÃO, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO PROTOCOLADA NO PROCESSO ÉTICO CFP N.º 3571/05, FAZ DIVULGAR A PENA DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS, À PSICÓLOGA IRANY PEREIRA DE MORAIS – CRP-SP 8811 POR:

· Ter a psicóloga deixado de estabelecer limites de atuação no contrato de trabalho enquanto psicoterapeuta, no que refere à duração, local, continuidade, objetivos e interrupção do atendimento, causando prejuízos a este.

· Ter a psicóloga deixado de suspender o atendimento diante da recusa do pacien-

te em aceitar as condições mínimas para a continuidade do mesmo.

· Manter contatos regulares com esposa de paciente a respeito das queixas sobre o marido, fora do contexto de atendimento familiar.

· Manter relacionamento financeiro com familiar de paciente, extrapolando o atendi-

mento profissional.

Pelo exposto, fica caracterizada infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): artigo 1º alíneas "c" e "d"; artigo 2º alínea "n".

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

INFORME PUBLICITÁRIO



SEDES SAPIENTIAE

Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento

2007

CURSOS NAS ÁREAS DE:

Áreas de Psicologia Saúde e Educação

Informações e Inscrições

Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484
Perdizes/SP

Tel: 3866-2730/31/32/33/34
[Http://www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)
E-mail: sedes@sedes.org.br

DESTINADO A:

psicólogos,
médicos,
psiquiatras,
fisioterapeutas,
terapeutas ocupacionais,
assistentes sociais,
professores e
outros profissionais.

Adolescência, Arte Terapia, Arte do Movimento, Família, Cinesiologia, Gerontologia, Gestalt Terapia, Jornada de Teatro, Jung, Orientação Profissional, Psicanálise, Psicanálise da Criança, Psicodinâmica, Psicodrama, Psicologia Jurídica, Psicologia Social das Organizações, Psicopatologia, Psicopedagogia, Psicossomática, Psicoterapia Breve, Reich, Relação Pais-Bebê, Teoria de Lacan, Winnicott e Violência Doméstica.

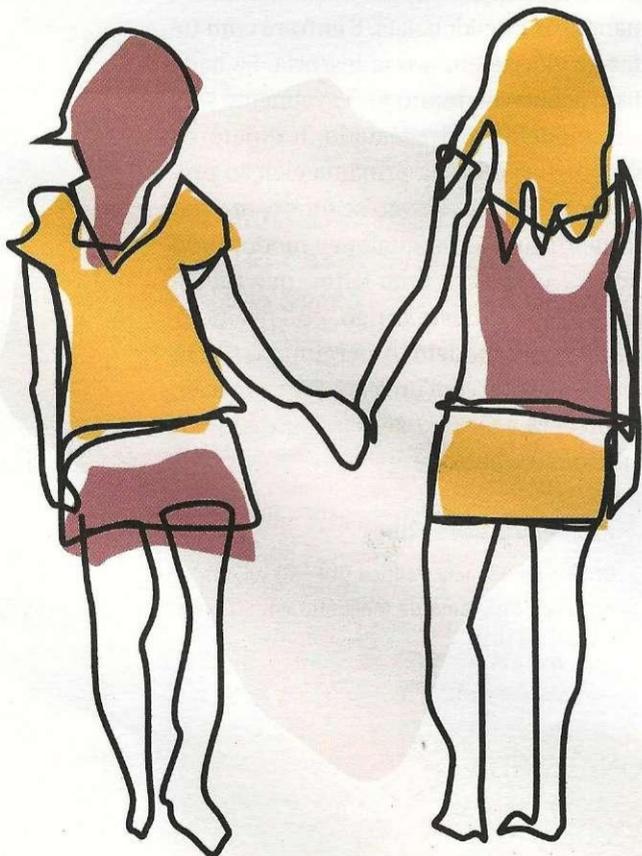
Psicólogo não deve tratar homossexualidade como distúrbio



Resolução do CFP normatiza assunto e promove a superação do preconceito

Embora a homossexualidade exista desde a Grécia antiga, a relação entre duas pessoas do mesmo gênero ainda é tratada como um desvio de comportamento por grande parte da sociedade. Cabe ao psicólogo, mais do que deixar de perpetuar essa visão, contribuir para que gays, lésbicas e transexuais sejam tratados com igualdade e respeito. Isso pode ser feito, seguindo um princípio básico estabelecido pela Resolução CFP nº 01/99: "A homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão".

Essa resolução ratificou o que já tinha sido definido pela Organização Mundial de Saúde e colocou um divisor de águas na preservação dos direitos individuais e na maneira como o profissional deve considerar o atendimento de pacientes homossexuais, principalmente para aqueles que têm restrições à homossexualidade. A posição do Conselho Federal de Psicologia sobre o tema, no mínimo, contribuiu para inibir práticas preconceituosas nos atendimentos e induzir os mais intolerantes à reflexão, na medida em que abriu campo para que aqueles que se julgarem prejudicados no atendimento dos serviços psicológicos possam encontrar formas de se defender.



A Resolução 01/99, em seus sete anos de vigência, está em sintonia com a Constituição Federal que assegura "o bem de todos, sem preconceitos" e tem o propósito de reafirmar que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade, e fazer com que o psicólogo use seu conhecimento para esclarecer essas questões a fim de que a sociedade e a categoria superem discriminações. Para o Conselho Federal, a chamada "orientação sexual" não é algo que se muda, pois faz parte integrante do sujeito e é resultado de um longo caminho pulsional que não possui uma rota pré-estabelecida e muito menos um objeto único o qual todos deveriam almejar. Segundo o CFP, o que determina a maneira como o sujeito vai experimentar a sua sexualidade é a interação de inúmeros fatores psicossociais.

Ao normatizar a matéria sobre orientação sexual, o CFP espera que os psicólogos não exerçam qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos homoerótica nem tampouco orientem, de maneira coercitiva, tratamentos não solicitados. Além disso, não poderão se pronunciar publicamente nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica. Em seu parágrafo único, a resolução diz que "os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento ou cura das homossexualidades".

Sobre esse aspecto, o Conselho Federal de Psicologia se colocou frontalmente contra o projeto de lei do Deputado Federal do Espírito Santo, Neucimar Fraga, que "cria um programa de auxílio e assistência à reorientação sexual das pessoas que voluntariamente optarem pela mudança de sua orientação sexual da homossexualidade para heterossexualidade". Em seu parecer, o CFP tratou o conteúdo da proposta como sem fundamento teórico-clínico, incentivando a prática do preconceito.

O Conselho Federal ratifica que a homossexualidade, tanto quanto a heterossexualidade, são posições igualmente legítimas. E mais: sabe-se que o que leva ao sofrimento não é a sexualidade em si, mas a discriminação e o preconceito a que a pessoa está sujeita, quando percebe que a sua forma de viver a sexualidade não é socialmente aceita.

Em decorrência de sua preferência sexual, a pessoa pode estar exposta às diversas manifestações do preconceito que vão desde as formas mais sutis de violência, tais como olhares curiosos, risos e comentários indevidos, às mais violentas e escancaradas: maus-tratos, espancamento e até a morte.

Assim, a resolução contribuiu para a eliminação do preconceito e a aceitação da diversidade sexual humana, que se torna obrigatória para os psicólogos. Representa também um recado para a sociedade ao anunciar um claro posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia a respeito do assunto, que se relaciona com os princípios básicos do Código de Ética, dentre os quais destacam-se:

I - O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II - O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e da coletividade e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP, além de orientar os psicólogos e informar à sociedade em geral, ressalta que a Resolução 001/99 do CFP é muito clara. Ignorá-la, além de desrespeitar a diversidade sexual humana, é incorrer em falta ética, passível de penalidades. Como o assunto é polêmico e pode gerar dificuldades ou dúvidas, a COF se coloca à disposição para os esclarecimentos necessários sobre o assunto: (11) 3061-9404 ramal 141. A Resolução 01/99 pode ser acessada no site http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf. ●

INFORME PUBLICITÁRIO

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU
RECONHECIDOS PELA FACULDADE DE MEDICINA DO ABC



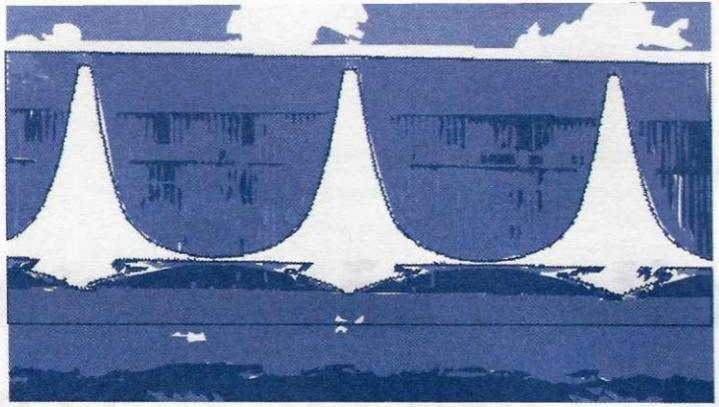
◆ Psicologia Hospitalar ◆ Transtornos Alimentares e Obesidade ◆ Formação em Psicanálise

Informações pelos telefones: (11) 3082-9800 / 3082-9544

Início em Março de 2007 - Visite nosso site: www.psicocursos.com.br

Como o assunto é polêmico e pode gerar dificuldades ou dúvidas, a COF se coloca à disposição para os esclarecimentos necessários sobre o assunto: (11) 3061-9404 ramal 141.

Lula: eleição ou reeleição?



Há poucos meses, tudo indicava a vitória de Lula no primeiro turno. O presidente, no entanto, foi obrigado a enfrentar uma segunda rodada eleitoral. Surpreendentemente, acabou por receber um total de votos superior àquele obtido no primeiro turno. Há algum significado nesse movimento do eleitorado, caríssimo leitor, ou trata-se apenas de uma natural hesitação de uma sociedade confusa e desorganizada?

Pois pense comigo, amável leitor, que talvez o segundo turno tenha sido o instrumento encontrado pelo eleitorado para mandar um recado ao nosso presidente. Um recado que, muito provavelmente, poderia ser assim traduzido e resumido: olha, meu caro Lula, vamos abandonar esta patética conversa de “nunca antes neste país”, porque estamos e continuamos emparedados economicamente; não fique pensando que inventou o remédio para os pobres, pois embora o Bolsa-Família seja necessário, não queremos viver num asilo; deixe de lado a arrogância e a patética pretensão de ignorância em relação às lambanças de seus ministros e assessores; certifique-se de que o seu primeiro mandato não foi lá estas coisas. Nós não estamos simplesmente te reelegendo, e desejando a continuidade deste nhênhém dos últimos quatro anos. Estamos te escolhendo para um novo mandato, com uma imaginação mais viva e atenta às possibilidades e necessidades de nosso país. Não queremos a antiga ortodoxia do “choque de gestão”, do “choque de capitalismo” ou seja lá o que for, encarnada pelo Geraldo. Nem isto nem o seu primeiro mandato. Queremos outra coisa. Estamos lhe dando um outro mandato, e não a mera renovação do primeiro.

Se isto é verdade, inteligente leitor, temos uma hipótese: Lula não foi reeleito, no sentido usual, mas eleito para um outro e diferente mandato. Sem dúvida, o segundo turno é um recado geral. O eleitor cancelou o discurso de todos os candidatos e enviou um sinal de que quer outra coisa. Mas o que, paciente leitor? Pois este é o desafio do presidente e mesmo da oposição: decifrar este claro enigma criado pelo eleitorado brasileiro, para usar Drummond. E aqui reside o problema: se os candidatos, Lula inclusive, já não sabiam o que dizer

antes deste recado, continuam sem saber agora. Tentando ler a palma da mão deste estranho ser – o eleitorado –, o presidente retomou seus habituais improvisos para dizer o que todos sabemos: que ele nada sabe, mas vai encontrar um jeito de “destravar” o país e situá-lo num patamar de 5% de crescimento econômico ao ano. Enfim, percebendo no ar o recado do segundo turno, o próprio presidente trouxe à tona o problema do crescimento econômico. A questão é: tem o governo, e mesmo a oposição, uma imaginação econômica alternativa à orientação predominante nas últimas décadas, capaz de manter os ganhos existentes e reabrir as possibilidades de crescimento? Difícil responder, caríssimo leitor, tendo ainda em vista a rapidez com que estas medidas devem ser gestadas e materializadas para que surtam efeito no médio prazo.

Mas além de encontrar este novo enredo para o espetáculo do crescimento, nosso presidente está obrigado a rearticular sua base de poder, especialmente no sistema partidário e parlamentar. A experiência do primeiro mandato foi desastrosa. Sabemos todos e o presidente também. E qual é a orientação seguida pelo governo? A aliança com o velho e paquidérmico PMDB. Gosto muito de uma frase, que ouvi de uma analista num programa de TV: é impossível governar sem o PMDB, mas é também impossível governar com ele. Pois é com isto que o governo Lula, que de algum modo tenta se autônomicar do PT - sem dispensá-lo -, conta para se estabilizar e assegurar as medidas destinadas ao novo espetáculo do crescimento. Bom, enquanto escrevo, os peemedebistas já brigaram entre eles, os petistas já brigaram entre si e ambos os partidos brigaram um com o outro, especialmente pela presidência da Câmara. Aceitemos, paciente leitor, que qualquer presidente está obrigado aos mesmos movimentos, na ausência de um único partido majoritário no Congresso Nacional. O problema, no entanto, não reside aí. Está no modo como a articulação é realizada. Sem um programa estrutural, sem uma orientação clara, destinada a produzir resultados econômicos e sociais, ainda que em médio prazo, uma coalizão deste tipo

é apenas uma coalizão de poder, destinada a ser continuamente balançada pelos soluços da conjuntura, e sob permanente suspeita da opinião pública.

E aqui entra um outro elemento: o fato de que Lula não pode mais concorrer à presidência na próxima eleição. Políticos, leitor amigo, são vesgos por natureza: tem um olho no presente e outro no futuro. Esta base instável estará permanentemente sob ataque dos governadores, quase todos interessados em transformar seus governos em vitrines que garantam a possibilidade de reclamar uma eventual candidatura a presidente. O controle sobre as bancadas é estratégico para os governadores, considerando que o governo federal controla 80% dos impostos arrecadados no país, como lembra Luiz Werneck Vianna. Esta coalizão partidária estará ainda submetida aos humores de lideranças com o mesmo objetivo de uma candidatura presidencial, como no caso de Renan Calheiros ou Ciro Gomes. Manter, portanto, uma base estável, sem os vícios do primeiro mandato, será uma tarefa e tanto para o próximo mandato presidencial.

Terminemos com uma espécie de equação, paciente leitor: se o presidente consegue renovar a nossa imaginação econômica, se consegue vincular este crescimento à diminuição dos nossos problemas sociais, e ainda por cima mantém em ordem as hostes do governo, terá articulado, de fato, um novo projeto para o país, bastante diferente do que vigorou nos três últimos mandatos presidenciais. E entrará com todas as glórias em nossa história. Se nada disto acontecer, muito provavelmente será este modelo, já desgastado, o objeto de um outro recado na próxima eleição presidencial. E não mais no segundo, mas no primeiro turno. De qualquer modo, tudo indica - veja, caríssimo leitor, que foi assim o começo deste artigo - o envelhecimento deste modelo. A pergunta é se um novo mandato, com uma nova imaginação, acontecerá agora ou será inaugurado daqui a quatro anos?

Rubem Barboza Filho.

Doutor em Ciência Política (IUPERJ) e Coordenador do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UFJF.

ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIA BREVE OPERACIONALIZADA

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - UNIP

COORDENADOR PROF. RYAD SIMON

OBJETIVO DO CURSO: FORMAR ESPECIALISTAS HABILITADOS A AJUDAR O PACIENTE A ENCONTRAR SOLUÇÕES ADEQUADAS PARA SITUAÇÕES-PROBLEMA ATUAIS; SUPERAR CRISES ADAPTATIVAS EVITANDO REGRESSÃO E PROMOVEDO CRESCIMENTO.

O ENSINO PROCURA ARTICULAR TEORIA E PRÁTICA CLÍNICA ATRAVÉS DE DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO ADAPTATIVO (EDAO) E SUPERVISÃO DO ATENDIMENTO DE PACIENTES.

INÍCIO: FEVEREIRO/2007- DURAÇÃO: 1 ANO (Aulas em sábados alternados, das 08:00 às 17:00 horas)

LOCAIS: CAMPI DA UNIP EM SÃO PAULO (Paraíso) SANTOS E SOROCABA

INFORMAÇÕES: S. Paulo: Fones (11) 3666-1296, (11) 9177-0182, Santos: (13) 3237-7307 e Sorocaba (15) 9782-4252

e-mails: ryad@usp.br; kayamato@terra.com.br; elidefelice@zipmail.com.br; prof.helioalves@gmail.com; geraldaviana@superig.com.br; suelirossinipsico@yahoo.com.br; cpasantos@unip.br; psicoge@ig.com.br;

Multicultural, falta ao Brasil ser intercultural

Povoado por imigrantes, nosso país ainda castiga, com a discriminação, povos de nações mais pobres.

O Brasil, apesar de ter sido formado por estrangeiros e historicamente estar habituado a receber levas de imigrantes desde o século XIX, ainda tem dificuldades de lidar com o interculturalismo. A relação do brasileiro com a diversidade cultural é pontilhada por submissão e preconceito a depender da origem étnica de quem é de fora.

Geraldo J. de Paiva, professor titular aposentado do Instituto de Psicologia da USP, acredita que tal constatação, apesar de ainda carecer de um detalhamento científico, deve-se à natureza humana. Para ele, o apreço ou a rejeição está relacionado à condição do grupo de pertença. Na perspectiva da Psicologia Social, as pessoas tenderiam a considerar imigrantes do primeiro mundo integrantes de um grupo superior, que está em uma situação mais privilegiada do ponto de vista econômico e social. O inverso se aplicaria a pessoas de países mais pobres, como a Bolívia, Peru e Colômbia e os do continente africano.

“Quando o fenótipo é muito distinto, a diferença aguça a percepção das pessoas, associando o imigrante a uma cultura mais fragilizada, facilitando a discriminação”, diz Paiva. “Isso faz com que não tenhamos a mesma disposição de valorizar os elementos culturais que eles trazem e é necessário um trabalho de inserção cultural desses imigrantes”, diz.

Ele cita o programa Orientação Intercultural da USP, do qual é coordenador junto à Dra. Sylvia DeBiaggi, que, em geral, procura abrir espaços interculturais numa dinâmica de grupo onde se discutem as dificuldades de adaptação em terras brasileiras. “São encontros que permitem que as pessoas se expressem, sobretudo, em relação às suas expectativas, muitas vezes frustradas, na tentativa de buscar formas de compreensão das diferenças culturais”, explica. “Nos casos em que as pessoas se encontram muito confusas e fragilizadas, é possível auxiliá-las com terapias individuais”, complementa.

É o caso de estudantes, pequenos comerciantes, camponeses e costureiros da Bolívia que chegam ao território brasileiro com esperanças que se diluem em decepção e angústia. Berenice Young, integrante da equipe de Orientação Intercultural e psicóloga do Serviço Psicossocial da Pastoral do Migrante, conta que eles são recrutados por donos de oficinas de costura de São Paulo que os iludem com propagandas enganosas de trabalho publicadas nos jornais de suas cidades. Empregos com salários de US\$ 500 por mês se transformam



Fernando Donasci/Folha Imagem

em subempregos em regime de semi-escaavidão. “As pessoas, ao chegarem, são surpreendidas com outro discurso. Além de ganharem menos que um salário-mínimo, lhes são cobradas a passagem, a alimentação e a moradia”, diz.

Presos a essas dívidas, os passaportes são retidos e famílias inteiras, colocadas em cômodos comunitários, sem privacidade, facilitando a promiscuidade e os abusos sexuais. “Casais se formam e se desfazem, forçados a uma ‘intimidade’ promíscua. Moram no trabalho, produzindo problemas emocionais e afetivos dentro da própria família”, revela.

As condições laborais também são desumanas. Dois anos atrás, houve um surto de tuberculose nessas comunidades por conta da falta de ventilação nas oficinas de costura, de uma alimentação rica em carboidratos e pobre em vitaminas e por falta de assistência médica.

Berenice diz que esse ambiente os isola tanto quanto a segregação social e a barreira lingüística. Como não são compreendidos, não se expressam. Os mais velhos, mesmo depois de cinco anos, ainda não falam o português, e com uma interação pobre e limitada, há uma inversão de autoridade transferida involuntariamente do pai para o filho. “Os filhos ficam responsáveis por ensinar a língua e repassar os valores e os códigos culturais do Brasil”, complementa Berenice. A socialização acaba se restringindo aos guetos.

Uma das poucas janelas de interatividade com o mundo exterior é a escola pública que os filhos freqüentam. Mas mesmo ali, há a discriminação. Segundo Berenice Young, essas crianças, por causa de seus costumes e do padrão de beleza branco imperante, são classificados pelos colegas e até pelos professores, como primitivos e “indiozinhos sujos”.

Entretanto, a forma mais eficaz de integração é por meio de congregações religiosas. Tanto a igreja católica quanto a presbiteriana socializam um pouco essas comunidades com cultos e almoços, além de ONGs e entidades. A Pastoral do Migrante, por exemplo, oferece um espaço para que eles expressem sua cultura, além

de serviços psicossociais e legais. Berenice diz que apesar da opressão, a maioria não pensa em sair do país, porque muitos fugiram da miséria, da instabilidade política, para a qual não querem retornar.

Berenice Young diz que seu trabalho lhe mostrou que apesar de haver o multiculturalismo, o Brasil carece do interculturalismo. “No Brasil, falta muito para que se dê um diálogo intercultural, porque isso pressupõe um estatuto de igualdade entre as diversas vertentes”, observa. Ela reconhece ser uma barreira difícil de ser superada, mas acredita que os brasileiros têm mais condições de aprender a valorizar e respeitar a diversidade cultural do que no passado e em outros países. Para o psicólogo Geraldo Paiva, da USP, apesar dessa imaturidade social, o Brasil é um dos países mais acolhedores do mundo por não dispor de um componente explosivo que acirra a discriminação cultural: a intolerância religiosa.

Sites: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/intercult/>

3% da população boliviana deixou o país no ano passado

O passaporte, visto como a última ponte da opressão para a prosperidade de muitos imigrantes de países pobres é cobiçado como um bilhete premiado. O Serviço Nacional de Migração da Bolívia, por exemplo, que enfrenta um êxodo de proporções bíblicas, está sempre congestionado. Cerca de cinco mil pessoas deixam o país toda semana em busca de melhores condições de vida no exterior. Dados da ONU mostram que só, em 2005, 270 mil bolivianos, 3% da população, atravessaram a fronteira, boa parte, em direção ao Brasil, Argentina, Espanha e Estados Unidos. Estima-se que haja no Brasil cerca de 160 mil bolivianos, 70 mil só em São Paulo. A maioria espalhada em bairros como Guaiunazes, Bom Retiro, Lapa, Vila Guilherme, Santana e Vila Formosa.

Avaliação Psicológica e Lei - Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas

Quem deseja conhecer como vem desenvolvendo-se a Psicologia Jurídica em nosso país, certamente vai encontrar em "Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas", livro organizado por Sidney Shine, editora Casa do Psicólogo, 245p., uma boa oportunidade.

Este livro foi lançado 20 anos após o primeiro concurso para psicólogos judiciários no Estado de São Paulo. Coincidiu, também, com a realização do último concurso para esse cargo, com a expressiva quantia de 17.408 psicólogos inscritos (eram, aproximadamente, um pouco mais de 400 vagas no Estado de São Paulo). Prova de que a psicologia jurídica cresceu e de que vem consolidando-se como importante campo de atuação profissional.

Os autores do livro trabalham (ou trabalharam) todos no Tribunal de Justiça. A obra tem o mérito de trazer suas experiências, sempre enriquecidas de pesquisas e estudos consistentes. São abordados diferentes temas, sob diferentes enfoques teóricos, revelando, assim, a amplitude e complexidade desta área do conhecimento.

O livro é composto de oito capítulos, que descreveremos brevemente a seguir.

Sidney Shine, organizador da coletânea, é autor de dois capítulos: de abertura e de encerramento. No primeiro, "Avaliação psicológica em contexto forense", ele dedica-se ao estudo da avaliação psicológica no contexto jurídico, mais especificamente no campo pericial das Varas de Família. No último capítulo, "O laudo pericial e a interdisciplinaridade no Poder

Judiciário", Sidney Shine, juntamente com Maria Isabel Strong, assistente social, estudam a questão da interdisciplinaridade no campo jurídico.

"A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das Varas da Família e Sucessões do Fórum Central da Capital de São Paulo" é um capítulo redigido em grupo: Maria Cláudia Rodrigues, Eunice Maria Couto e Maria Cristina Leme Hungria. As autoras se propõem a verificar empiricamente se os juizes são ou não influenciados pelos laudos de seus peritos psicólogos. Fazem uma estatística bem feita e criteriosa e concluem: "Em 94,23% dos casos, a sentença demonstrou que o laudo pericial contribuiu para a decisão judicial".

Em "O necessário reconhecimento do processo de luto na separação conjugal" Evani Zambon Maques da Silva se utiliza de sua prática como perita nas Varas de Família para a compreensão dos problemas psicológicos enfrentados por ex-casais na separação conjugal.

"Crianças e adolescentes vitimizados: rotina dos atendimentos" é de Solange Maria Amaral S. Pinheiro. A autora traça o perfil psicológico das crianças e adolescentes vitimizados, partindo de sua prática nas Varas da Infância e Juventude.

"O psicólogo judiciário e as 'avaliações' nos casos de adoção" de Leila Dutra Paiva aborda a questão da adoção valendo-se de sua experiência com este tipo de trabalho nas Varas da Infância e Juventude.

"A meninice e a institucionalização da situação de rua: práticas institucionais, discurso e subjetividade", de Patrícia Regina da Matta Silva, analisa o universo da criança que vive na rua. Sua pesquisa foi realizada entrevistando moradores de rua, revelando-nos um universo ainda pouco conhecido.

"Psicanálise e avaliação psicológica no

âmbito jurídico" é de Hélio Cardoso de Miranda Jr. Ele discute a avaliação psicológica com relação à psicanálise, e reporta ambas ao tipo de demanda existente no Judiciário.

"A avaliação do dano psíquico em mulheres vítimas de violência" de Sonia Liane Reichert Rovinski entra numa área da psicologia jurídica bastante recente em nosso país: a avaliação do dano psíquico.

A partir dos capítulos acima, reportados de forma um tanto esquemática, pode-se fazer uma série de recortes interessantes. Darei, a título de exemplo, três possibilidades:

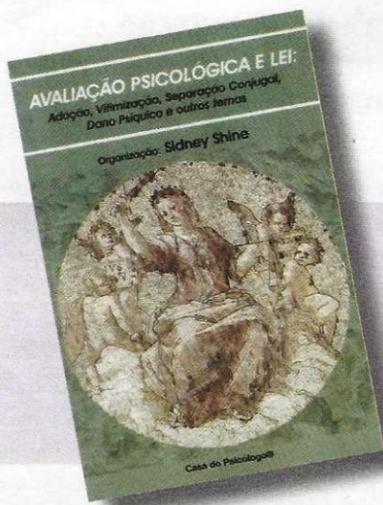
- qual é a influência da psicanálise na psicologia jurídica atualmente? Neste caso, sugiro a leitura dos textos de Leila D. Paiva, Hélio C. Miranda e Solange M. A. Pinheiro. Apesar de os autores não se restringirem à psicanálise, utilizam-na para muitas de suas reflexões. Será possível aplicar o conhecimento da psicanálise diretamente ao campo jurídico? Quais serão os alcances e limites dessa aplicação?

- qual é o trabalho dos psicólogos em Varas de Família, tanto em relação ao alcance e limite de sua práxis, quanto ao tipo de problemática afetiva encontrada nas pessoas atendidas? Neste caso, os artigos de S. Shine, Evani Z. M. da Silva, M. Cláudia. Rodrigues, Eunice M. Couto e M. C. L. Hungria são de grande valia.

- a população atendida no Judiciário, em suas diferentes áreas, possui uma dinâmica própria de personalidade? Com relação a esse ponto, sugerimos a leitura dos trabalhos de Solange A. Pinheiro (crianças vitimizadas), Sônia L. Roviski (mulheres vítimas de violência), Evani Z. M. da Silva (casais separados) e Patrícia R. M. Silva (crianças de rua).

As combinações são inúmeras. Não vou alongar-me nelas. Podemos comparar esta coletânea a um caleidoscópio: apesar de uma quantidade aparentemente pequena de material, pode-se fazer um grande número de combinações.

O livro ilustra as palavras de Dufлот-Favori *: "A Justiça, como toda instituição, tem seu peso, sua lentidão, sua rigidez. Mas ela é viva e acessível a outros discursos. É, para o psicólogo, a chance de uma dialética possível na qual ele pode sair confortável no seu papel de agente da mudança social" (p.184).



Avaliação Psicológica e Lei - Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas

INFORME PUBLICITÁRIO



PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU"

- Formação Social do Homem: Fundamentos e Práticas
 - Gestão Estratégica de Recursos Humanos
 - Gestão de ILPIs
 - Gestão de Franchising
 - Gestão de Serviços de Atenção à Pessoa Idosa

sbja@ig.com.br, com Jacyr - site: www.fapss.br

Campus Barra Funda

(11) 3666-0246
com Ivone, após 14:30 h

Campus São Caetano

(11) 4239-5347
com Josias, após 15:30 h

Lídia Rosalina Folgueira Castro,

psicóloga-chefe do Setor de Psicologia das Varas da Família do Fórum Central da Capital, mestrew e doutora pelo Instituto de Psicologia da USP, membro fundadora da Associação Ibero-americana de Psicologia Jurídica e professora da Faculdade de Psicologia da Universidade São Marcos.



Clínica Peripatética – Políticas do Desejo - Antônio Lancetti

O livro pretende expressar o bom combate, a resistência, a persistência e a afirmação de atores de diversos campos que buscam produzir e pensar uma subjetividade livre. O primeiro volume da série trata da clínica praticada fora dos settings tradicionais como hospitais psiquiátricos ou consultórios com pessoas que não se adaptam a protocolos convencionais. Os ensaios que o compõem narram e problematizam experiências ocorridas na fronteira entre a dependência e a morte, entre a loucura e a cidadania, entre o exílio e o comunismo múltiplo e micropolítico ativado em práticas de saúde. Editora HUCITEC (11) 3083-7419, 2006, 127 págs. R\$ 15,00.

Textos, Texturas e Tessituras: no acompanhamento terapêutico - Ricardo Gomides Santos (org.)

Cada texto um autor, cada autor um texto e um leitor - alteridade já formada, e na diversidade das duplas é o acompanhante terapêutico quem começa a falar. Fala polifônica, clínica dual, singular, teórica e musical. Clínica artística, silente, poética e abissal. Clínica dos ventos, das viagens a Paris e ao interior de casas e famílias. Clínica da escuta, do encontro, do ensino, do inusual. Clínica nômade, inescrutável, pujante e original. Clínica que se apresenta aqui em sua polissemia, já que temos o equívoco preciso de existirem tons de música e de cores. Onde um se separa do outro? Qual o tom de uma cor? Qual a cor de uma nota musical? Palavras, tecido e música: um livro para que novas mãos, novas agulhas, novos ouvidos e corações possam se encontrar e produzir mais desta matéria vasta que é a clínica do Acompanhamento Terapêutico. Editora HUCITEC (11) 3083-7419, 2006, 193 págs. R\$ 25,00.

Adolescência Violência: desperdício de vida - Maria de Lourdes Trassi

Maria de Lourdes Trassi, doutora pela PUC-SP na área de adolescência e violência, em seu mais recente livro Adolescência Violência: desperdício de vida nos fala do adolescente e a violência no

âmbito da cultura (entre os anos de 1960 e 2005), este binômio em sua dupla face: o adolescente como ator no cenário da violência (a prática do crime) e como vítima (a tortura, os fatores de óbito, a perda de vidas). A autora resgata a história da violência institucional, analisa muitas faces de sua prática, contando a história da criança e do adolescente em São Paulo, na perspectiva de abrir caminhos e apontar rumos, na diretriz de transformação social. Em meados da década de 70, participou de uma equipe selecionada e treinada para implantar uma nova concepção de trabalho em uma das unidades de adolescentes autores de ato infracional da FEBEM/SP. Cortez Editora (11) 3864-0111, 2006, 264 págs. R\$ 35,00.

Família e... - Ceneide Cervený (org.)

Parentalidade, irmãos, gênero, saúde, violência, divórcio, genealogia, redes – temas sempre presentes no nosso cotidiano -, são discutidos por especialistas na área da prevenção e intervenção e saúde da família. A história da família e os enfoques de abordagem também estão incluídos nessa coletânea. A diversidade dos assuntos reflete a diversidade do trabalho. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 2006, 255 págs. R\$ 36,00.

Educação inclusiva, aprendizagem e cotidiano escolar - Deigles Giacomelli Amaro

Que relações estabelecidas no cotidiano escolar podem beneficiar o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos com deficiência em uma perspectiva inclusiva de educação? Por quê? Que instrumentos podem ser utilizados para a observação, a intervenção e a avaliação? Como compreender a educação inclusiva em uma visão construtivista? Essas questões são analisadas na obra, resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Departamento de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Lino de Macedo. A pesquisa se pauta numa educação apoiada em princípios de inclusão. Neles, justifica-se a necessidade do estabelecimento de relações de interdependência entre pessoas, objetos, espaço, tempo e atividades no

cotidiano escolar para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 2006, 262 págs. R\$ 35,00.

Por uma psicologia do trabalho: ensaios recolhidos - Wanderley Codo (org.)

Desde 1981, os escritos de Wanderley Codo introduzem a categoria trabalho no universo de determinações da Psicologia ou do sujeito, compreendido pela Psicologia. A partir dali, era necessário extrair desta concepção as suas conseqüências. E são muitas, por vezes, inadvertidas as conseqüências deste olhar. Parte da produção acumulada ao longo de todos está reunida na obra. Este livro passaria pela construção da identidade, pela saúde/doença mental, pelos pilares da sociedade capitalista; flerta com a economia, a sociologia, a filosofia, em busca de compreender como o homem faz o homem através do trabalho. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 2006, 294 págs. R\$ 39,00.

Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade - Lucianne Sant'Anna de Menezes

Este livro é fruto de uma pesquisa desenvolvida entre 2001 e 2004 no Instituto de Psicologia (PSA) da USP. Neste estudo, Lucianne Sant'Anna de Menezes procura contextualizar o pânico, na atualidade, a partir de um referencial psicanalítico freudiano. Neste sentido, o objetivo principal do trabalho é articular o que Freud denominou como "mal-estar" da civilização às psicopatologias contemporâneas, examinando a relação da incidência da sintomatologia do pânico com os modos de subjetivação na atualidade. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, R\$32,00.

Ética na Psicologia - Rita Aparecida Romaro

Esta obra ressalta a importância de se resgatar os caminhos que possibilitaram a elaboração do terceiro Código de Ética Profissional do Psicólogo, que reflete a importância e o reconhecimento do papel social do psicólogo ao longo das décadas, sua inserção na comunidade e sua transparência para lidar com pontos delicados como os dilemas éticos. Editora Vozes www.vozes.com.br, 2006, 166 págs. R\$ 19,00.

INFORME PUBLICITÁRIO

Ψ PSICÓLOGOS
ALUGA

SALAS DE TERAPIA POR HORA DE ATENDIMENTO
PARA ADULTOS, CRIANÇAS, GRUPOS E CURSOS
COM INFRA-ESTRUTURA COMPLETA

Funcionamos: de 2^{af.} à 6^{af.} das 7:30 às 22:00 e aos Sábado das 7:30 às 18:00
Rua Dr. Neto de Araújo, 363
Próximo à Estação Vila Mariana do Metrô (150 m.)
Telefones: 5579-2920; 5572-9454; 5572-1331 e Fax 5579-1050
www.psicom.psc.br

Ψ PPESP
INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP P.J. 06/2685 CNPJ 05.469.787/0001-65
EPSP - Escola de Psicologia de São Paulo

Cursos de Especialização para Psicólogos (2 anos)
Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana

Cursos de Extensão para Estudantes e Profissionais
das Áreas da Saúde e Educação (2 ou 4 meses)

Programas dos cursos para o 1º semestre de 2007
Consulte o site:
www.ippesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luís Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

Envelhecimento da nação é tema de Prêmio Monográfico 2007

A população de idosos corresponde a 14,5 milhões de pessoas, 8,6% da população total do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Buscando estimular a pesquisa sobre o envelhecimento da população brasileira, a proposta da próxima edição do Prêmio Monográfico promovido pelo Conselho Federal de Psicologia será "Brasil, uma nação que envelhece: o lugar do idoso na sociedade e os desafios para a Psicologia". O prêmio é dividido nas categorias estudante e profissional.

Esta edição do prêmio irá homenagear o psicólogo Dr. Paulo da Silveira Rosas (1930 - 2003) por sua luta pelos direitos humanos e causas defendidas em parceria com o CFP. Paulo Rosas foi também escritor e lecionou durante anos em colégios, faculdades e universidades em Recife. O Dicionário Biográfico da Psicologia trata-o como uma figura atuante e presente na história da Psicologia no Brasil. Em 2003, Paulo Rosas faleceu na França, onde estava para ministrar uma palestra.

A edição de 2006 teve como tema "Subjetividade, encarceramento e sistema prisional: desafios para a Psicologia". O prêmio homenageou o psicólogo Pedro Parafita Bessa, militante mineiro que atuou, durante o período militar, contra as diversas formas de cerceamento e exclusão. Em breve, serão divulgados no site do CFP (www.pol.org.br) o regulamento e o prazo para inscrições do Prêmio Monográfico - 2007. Mais informações podem ser obtidas através do e-mail: cotec@pol.org.br

CRP SP e SESC em parceria inédita por cidadãos ativos

O CRP SP, em parceria com o SESC Santo André, realizou, nos dias 9 e 10 de novembro, o Seminário Cidadania Ativa – Contribuições da Psicologia e da Animação Sociocultural. Com mais de cem participantes, o Seminário permitiu o debate sobre os desafios da Psicologia e de metodologias da animação sociocultural, articulando diferentes disciplinas para um objetivo comum, que colabore para uma participação cidadã ativa na construção da democracia. O evento aconteceu no SESC Santo André e contou com palestras de Victor Ventosa, professor da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Salamanca, da Espanha; Marcus Vinícius Oliveira, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia; o psicólogo e educador Luiz Sérgio Gomes da Silva, entre outros. A programação foi dividida em de-

bates, palestras e oficinas práticas. Victor Ventosa abordou as metodologias de animação sociocultural para crianças e jovens e contou um pouco da sua experiência em Salamanca, Espanha, com o projeto Animabarríos. "Trabalhamos com intervenções de tempo livre com crianças e jovens. Partimos do conceito de recreação e ócio para esclarecer a noção de animação, utilizada na implantação de um programa específico de tempo livre", esclareceu. Lumena Celi Teixeira, conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e organizadora do evento, adiantou que o CRP SP irá produzir um caderno com as palestras ministradas no seminário, abordando teorias e experiências práticas apresentadas. O material deverá ficar pronto no primeiro semestre do próximo ano.

CRP SP participou da 4ª Semana da Democratização da Comunicação

Aconteceu no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, no dia 24 de outubro, o debate "Mídia e Movimentos Sociais". O evento fez parte da programação da 4ª Semana Nacional de Democratização da Comunicação, de 18 a 25 de outubro, que teve como proposta buscar alternativas de colocar os movimentos sociais na mídia.

Estiveram presentes ao debate representantes do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, do Núcleo da Baixada Santista da Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial "Por Uma Sociedade Sem Manicômios", da Assembléia Popular, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, da Marcha Mundial de Mulheres, Grupo Intervenções, Movimento Hip Hop, entre outros, além de estudantes. Os representantes discutiram a dificuldade e as alternativas de encontrar espaço na grande mídia para divulgar seus trabalhos e a possibilidade de criação de espaços próprios para divulgação das suas ações.

Houve uma solenidade de encerramento da 4ª Semana Nacional de Democratização da Comunicação com a entrega do 28º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos e II Prêmio Vladimir Herzog de Novos Talentos. A cerimônia aconteceu no dia 25 de outubro, no Parlamento Latino-Americano, e prestigiou jornalistas em dez categorias como revista, artes, livro reportagem, entre outros.

III Psicoinfo debateu o impacto da tecnologia na sociedade e como a Psicologia pode se valer da informática

Como a tecnologia e a terapia podem caminhar juntas? O orkut alterou as relações entre o público e privado na internet? A interação do homem e da máquina está mexendo com o comportamento cultural da nossa sociedade? Avaliações e grandes pesquisas podem ser feitas à distância de qualquer parte do mundo, monitoradas pela praticidade de um único computador?

Essas questões e suas conseqüências foram debatidas no III Psicoinfo - Seminário Brasileiro de Psicologia e Informática que aconteceu junto com a II Jornada do NPPI (Núcleo de Pesquisas da Psicologia em Informática – Psico/PUC-SP). O evento realizado nos dias 15 e 16 de novembro, na PUC SP, contou com a participação de especialistas na área como Kate Anthony, presidente da Sociedade Internacional para Saúde Mental On Line (www.ismho.org). A pesqui-

sadora apresentou um trabalho sobre o desenvolvimento global de aproximação e criação de padrões no uso de tecnologia na terapia. Um assunto muito explorado foi a necessidade de adotar diretrizes, junto à ABEP (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia), para o ensino à distância de Psicologia. "É certo que em breve isso irá acontecer", afirmou Oliver Prado, conselheiro do CRP SP e um dos organizadores do evento. Para ele, o III Psicoinfo superou as expectativas. "A diversidade e o aprofundamento das questões chamou atenção nos trabalhos apresentados", disse. A partir do evento foram observadas as necessidades de sistematizar publicações na área, por meio de uma revista científica sobre o assunto, e a necessidade de desenvolver melhor a produção de softwares para a área da Psicologia.

CRP SP cobra no TJ nomeação de concursados

No último dia 10 de outubro, a presidente do CRP SP, Maria da Graça Marchina Gonçalves, teve uma audiência com o desembargador Celso Luiz Limongi, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, para discutir a nomeação de concursados. O concurso foi realizado no final de 2005 para as Varas da Infância, Juventude e Família. A audiência fora solicitada pelo CRP SP, pela Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do TJ e pelo Conselho Regional de Serviço Social, categoria que se encontra na mesma situação. Estiveram também na audiência representantes dessas entidades.

Até o momento, apenas 33 psicólogos concursados foram contratados. Maria da Graça argumentou que é necessária a presença de psicólogos não só na capital, mas nas comarcas do interior, onde a defasagem é grande. Na audiência, foi discutida também a questão da qualificação dos profissionais, de se ter um espaço de reciclagem, de melhorias das condições de trabalho com locais adequados de atendimento das pessoas, além de informatizar as informações.

O desembargador Limongi alegou dificuldades orçamentárias para justificar o porquê de não ter chamado mais profissionais este ano. Mas ele reconheceu a importância de psicólogos e assistentes sociais no TJ. O desembargador se disse favorável à causa da categoria. Limongi adiantou que pretende fazer parcerias com as entidades a fim de pensar as formas conjuntas de atuação não ficar restrito às questões da perícia. Ele pretende desenvolver a questão reparativa, de intermediação de conflito.

CFP premia experiências com Educação Inclusiva

Para dar visibilidade a experiências bem sucedidas de educação inclusiva, desenvolvidas por psicólogos, o Conselho Federal de Psicologia criou o prêmio "Educação inclusiva: experiências profissionais em Psicologia". Os trabalhos dos participantes devem ter contribuído para a defesa do direito à educação de caráter público, universal e de qualidade, promovendo igualdade de acesso e permanência na escola de pessoas que tenham sido excluídas

por serem consideradas deficientes. Poderão concorrer ao prêmio psicólogos inscritos regularmente nos Conselhos Regionais de Psicologia. As inscrições e os trabalhos deverão ser entregues ou remetidos até o dia 15 de fevereiro de 2007 pelo correio para o Conselho Federal de Psicologia no endereço: SRTVN, Quadra 702, Edifício Brasília Rádio Center, sala 4024-A – CEP: 70.719-900, Brasília/DF. Mais informações no site www.pol.org.br.

Assembléia Orçamentária presta contas e reúne a categoria

A Assembléia Orçamentária do CRP SP, que aconteceu no dia 19 de outubro, fez sua prestação de contas do período de 1º de janeiro de 2006 a 31 de agosto de 2006, e definiu a correção de taxas e anuidades para 2007 em 4,63%, resultando no seguinte valor de anuidade:

- R\$ 235,09, se pago em uma parcela até 31 de janeiro;
- R\$ 236,80, se pago em uma parcela até 28 de fevereiro;
- R\$ 238,46, se pago em uma parcela até o dia 31 de março; ou
- Três parcelas de R\$ 79, 48.

A Assembléia também aprovou a compra e alienação de alguns imóveis para garantir a regularização e ampliação de algumas sub-sedes (Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto), e manteve a de-

cisão de continuar a procura de novo espaço para a sede do CRP SP, em São Paulo, tendo em vista a sua adequação em relação às necessidades e crescimento do Conselho hoje.

A prestação de contas foi precedida da apresentação e discussão dos projetos e ações empreendidos pelo CRP SP neste ano de gestão, como o Fórum de Psicologia e Saúde Pública, o II Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão e as ações do CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas), além das atividades cotidianas de orientação, fiscalização, acompanhamento de processos éticos, dentre outros, constituindo-se como um importante momento de avaliação do trabalho realizado e da gestão financeira do Conselho.

Oficina Internacional sobre Monitoramento de Locais de Detenção no Brasil capacita representantes a identificar casos de tortura

Foi realizada em Brasília, no dia 28 de agosto, a Oficina Internacional sobre Monitoramento de Locais de Detenção no Brasil. Por local de detenção, leia-se sistema prisional: presídios, delegacia de bairro, manicômio judiciário, Febem, onde se possa haver abusos. Organizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pela Associação para Prevenção da Tortura, o evento reuniu 40 representantes que trabalham em instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas na matéria de direitos humanos em locais de detenção de oito Estados brasileiros.

O Conselho Federal de Psicologia foi convidado, como entidade parceira, a participar da oficina que teve como propósito qualificar pessoas para identificar casos de tortura no Brasil. A vaga do CFP foi repassada ao CRP SP. Foi entregue aos participantes um guia prático de monitoramento de locais de detenção que servirá de referência para as montagens dessas visitas. Um dos assuntos abordados foi o "Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura".

O Brasil assinou esse protocolo, em 2003, mas ainda é preciso que seja ratificado pelo Congresso Nacional. Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes, representante do Conselho, diz que um dos propósitos da oficina é, a partir de agora, difundir o guia e multiplicar a capacitação de conselheiros e assistentes técnicos na identificação de casos de tortura, além de discutir o planejamento de visitas de monitoramento. O guia prático observa que as visitas devem ocorrer permanentemente, verificando as condições desde física, do convívio social, a emocional das pessoas detidas. O guia detalha ainda condutas para organização das visitas. O CRP SP apresentou na ocasião o relatório das visitas realizadas em 2006 em instalações como as Febens.

II Congresso Latino-americano da ULAPSI acontecerá, em 2007, em Cuba

"Por uma Psicologia por todos e para o bem de todos". Este é o tema do II Congresso Latino-americano da ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia). O evento acontecerá em Havana, Cuba, nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2007. O congresso busca superar problemas típicos da América Latina e criar espaços para consolidar contribuições e estudos entre psicólogos e pesquisadores da área.

O público-alvo do evento são profissionais e pesquisadores de Psicologia, mas também será aberto a estudantes. Segundo Odair Furtado, conselheiro do Conselho Federal de Psicologia e representante brasileiro do comitê diretivo da ULAPSI, a idéia é consolidar convênios entre pesquisadores e psicólogos dos países latino-americanos.

"Há uma influência muito grande de idéias de países como os EUA na nossa Psicologia. Queremos reunir e trocar experiências com países da América Latina e buscar organizar questões e pesquisas que sejam apropriadas para a nossa realidade", conta. A organização da Biblioteca Virtual Latino-Americana, segundo o conselheiro, é uma forma de reunir esses conhecimentos e disponibilizá-los a todos.

A forma de inscrição e prazo ainda não foram definidas. O site da ULAPSI é <http://www.ulapsi.org>.

CRP SP convida psicólogos a participar da eleição da Comissão Regional Eleitoral

No próximo dia 1º de fevereiro, será realizada a Assembleia Geral Extraordinária que vai eleger a Comissão Regional Eleitoral, responsável por organizar as eleições para os Conselhos Regionais, em 27 de agosto de 2007. Para integrar a Comissão Regional Eleitoral, composta por, no mínimo, três psicólogos com seus respectivos suplentes, o psicólogo, além de estar em pleno gozo de seus direitos, não poderá estar exercendo cargo de Conselheiro Regional.

Compete à Comissão Eleitoral, nomear em cada zona eleitoral uma subcomissão, definindo suas tarefas e responsabilidades; expedir portarias para disciplinar e normatizar os trabalhos eleitorais; indicar e instalar mesas eleitorais, nas zonas eleitorais, em número suficiente, com a função de organizar e fiscalizar o processo de votação, recebendo e apurando os votos pessoais; apreciar os requerimentos e impugnações que forem oferecidos no curso de todo o processo eleitoral e encaminhar à Comissão Regular do Conselho Federal de Psicologia os recursos acompanhados de parecer.

O Regimento Eleitoral encontra-se à disposição dos interessados na sede do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

Local: Rua Arruda Alvim, 89.

Data: 1º de fevereiro

Horário: às 19h30, em primeira convocação e às 20h00, em segunda convocação.

INFORME PUBLICITÁRIO



Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde

Mestres e doutores altamente capacitados

⇒ Cursos: **INSCRIÇÕES ABERTAS**

Pós-Graduação em Psicologia Hospitalar e Psicossomática

Formação em Psicologia Hospitalar

Extensão - Psicologia Hospitalar / Psicooncologia / Dependência Química

Informações: 11 - 5054-3053 / 3477-1813 www.CEPPS.COM.BR



INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA

Av. Fagundes Filho, 145 - Ed. Austin, Cj. 131 e 132 - CEP: 04304-010 - São Paulo / SP

tel. **(11) 4083.2555** - website: <http://www.itc.web.com>

Especialização em Terapia Cognitiva - 500h
Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução 007/2001)

Objetivo: Introdução à Terapia Cognitiva como um sistema integrado de teoria, princípios e técnicas, sua aplicação no tratamento e prevenção dos transtornos psicológicos, complementada por prática clínica supervisionada, a fim de habilitar profissionais a utilizar a TC em sua prática clínica, com corpo docente altamente qualificado.

Carga horária: 500 horas - 24 módulos, um ao mês, em uma 6ª e um sábado consecutivos.

De 16 de março 2007 a 7 de fevereiro de 2009

Conferência com Arthur Freeman e Frank Dattilio - 11 a 14 de abril de 2007

CONFERÊNCIA COM ARTHUR FREEMAN

- Terapia Cognitivo-Comportamental com Pacientes Díficeis.
- Terapia Cognitivo-Comportamental dos Transtornos de Personalidade.

CONFERÊNCIA COM FRANK DATTILIO

- Estratégias Cognitivas com Casais e Famílias.
- Identificação e Re-Estruturação de Esquemas com Casais e Famílias, incluindo estudo de casos "ao vivo".

Local: EPM - Escola Paulista de Medicina

A Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP

através do seu Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC), iniciará em março/07, novaturmas dos Cursos de Extensão (120h) Especialização (500h), nas áreas de:

- **Psicologia Hospitalar** - Reconhecido pelo CFP - título de especialista
- **Neuropsicologia** - Reconhecido pelo CFP - título de especialista
- **Distúrbios alimentares e obesidade**

Destinado a:

Cursos de Extensão: psicólogos, estudantes de psicologia e profissionais da área da saúde.

Curso de Especialização: Psicólogos

Inscrições: até 12/02/2007

Informações: tel. (011) 3069.6459 ou 3069.6188 - Fax (011) 3064.5843.

e-mail: dipichc@hcnet.usp.br

site: www.cepsic.org.br

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA

"Prof. Dr. Raúl Marino Jr."

Instituto Neurológico de São Paulo

Informações pelos telefones: (11) 3082-9800 / 3082-9544

Início em Março de 2007 - Visite nosso site: www.psicocursos.com.br



CEP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

Inscrições abertas para:

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Duvidovich (CRP06/07745)

Walkiria Del P. Zanon (CRP5039)

Início: 27/03/07 e 04/04/07 • **Duração:** 3 anos

Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou 4ª feira: das 18h às 21h

Informações pelos telefones: **11 3864-2330 / 3865-0017** ou

www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br